

Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social.*

Francisco Brito

*Texto produzido na sequência da conferência “Guimarães, 1853: a construção de uma cidade”, proferida no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta a 21.06.2013.

INTRODUÇÃO

Quando a 15 de Maio de 1852 a Rainha D. Maria II e seu marido entraram em Guimarães, chegaram a uma Vila que ambicionava ser cidade. Os Reis entraram em Guimarães às 9h da manhã. Foram saudados por inúmero povo e pelas autoridades num Toural que se tinha engalanado para os receber. Na Porta da Vila, o Presidente da Câmara de então, João Machado Pinheiro de Melo (mais tarde Visconde de Pindella), profere um brilhante discurso e entrega as Chaves da Vila à Rainha. Os Reis percorrem toda a vila, detêm-se nas principais instituições e monumentos. São saudados pelas notabilidades locais e pelo povo que se apinha nas ruas. Dirigem-se finalmente ao Palácio de Vila Flor, onde se hospedam e são principescamente recebidos por Nicolau de Arrochela (futuro Conde de Arrochela)¹.

Guimarães não mais esquecerá esta visita. E numa rua da cidade, a Rua da Rainha, é ainda hoje guardada essa memória.

Nove meses depois, por decreto, Guimarães era elevada à categoria de cidade. A 22 de Junho era lavrada a Carta que solenizava o decreto. Estávamos finalmente na cidade de Guimarães, cabeça de um concelho com mais de 40 000 habitantes.

Mas, afinal, a que Guimarães chegou D. Maria II em 1852? E que transformações ocorreram a partir de 1853?

A antiga vila medieval de Guimarães, resultou, como é sabido, da junção de duas vilas – chamemos-lhe assim – unindo-se a parte alta (Castelo) à parte baixa (Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira). “*Duas Vilas um só Povo*”², foi a expressão mais feliz para designar com simplicidade a complexa fusão urbanística que se verificou na Idade Média

Depois, com o passar dos séculos, Guimarães, uma vila muralhada, libertou-se dos grilhões que a prendiam, crescendo para fora de muros. Ainda dentro de muros, no século XV/XVI, é construída a Torre dos Pinheiros na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, edificação que engrandece a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, que era, provavelmente, o maior senhorio (detentor de terras) da região. Já no século XVI, nos arredores de Guimarães, surge a Universidade da Costa, que forma gente relevante para a Vila. De volta ao coração da Vila, na Praça da Oliveira, vemos erguerem-se, também no século XVI, os Paços do Concelho. Depois, na transição do século XVI para o século XVII começa a ganhar importância o terreiro do Toural, palco de feiras e das mais variadas festividades. Ao mesmo tempo vão surgindo vários arruamentos estreitos e desalinhados e algumas zonas habitacionais dispersas, próximas do antigo núcleo urbano. Novamente no Toural, do lado nascente, surge, já nos finais do século XVIII, um enorme edifício, de feição simétrica e regular, a enobrecer a então vila de Guimarães.

Ainda que lentamente Guimarães crescia, atravessando os séculos. Contudo, Guimarães chegava ao século XIX ainda Vila e não Cidade.

Seria certamente importante definir o que é uma cidade nas suas mais variadas vertentes para tentar identificar os elementos, materiais e imateriais, que, conjugados, oferecem um resultado para esta complexa equação. Mas, com este artigo, pretendemos apenas esboçar um quadro político-social de Guimarães após a sua elevação a cidade e até ao início do século XX.

¹ Braga, Alberto Vieira, *Curiosidades de Guimarães*, in Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1956 n.º 56 pp. 200 – 208.

² Ferreira, Maria da Conceição Falcão, “*Guimarães, Duas Vilas, um só Povo. Estudo de História Urbana (1250-1389)*”, CITCEM, Braga, 2011.

1. SOCIEDADE PATRIÓTICA VIMARANENSE: A IDEOLOGIA LIBERAL NA GÊNESE DA MODERNIZAÇÃO VIMARANENSE

É no século XIX, mais precisamente a partir de 1834, com o fim da Guerra Civil, que Guimarães começa a dar os primeiros passos no sentido de se tornar uma cidade mais parecida com a que conhecemos hoje, ou com a vila transformada em cidade por D. Maria II em 1852.

Com a vitória dos liberais na Guerra Civil, a ideologia liberal começa a ser posta em prática um pouco por todo o país. A interferir directamente na vida local, assiste-se a uma reorganização administrativa de todo o território nacional (mais centralizadora) e a novos critérios para o exercício do poder local (mais democráticos). De uma forma menos directa assiste-se a um vincar no pensamento dos cidadãos de um conjunto de ideias ligados a uma nova concepção de sociedade, mais preocupada com a instrução pública, com a cultura, com a salubridade e com o desenvolvimento económico.

Essas novas ideias de desenvolvimento da sociedade chegam a Guimarães logo no fim da Guerra Civil, em Outubro de 1835, através da constituição da célebre Sociedade Patriótica Vimaranesa (SPV), imortalizada por numa das suas sessões se ter pretendido demolir uma das torres do Castelo de Guimarães para calcetar as ruas (iniciativa que foi chumbada por 15 votos contra e 4 a favor).

A Sociedade Patriótica não foi um fenómeno exclusivamente vimaranense. Surgidas inicialmente na década de 20 do século XIX e retomadas após a Guerra Civil, a “*maioria das Sociedades Patrióticas que surgiu em Portugal em 1820–23 e, depois em 1834–42 teve uma origem maçónica*”³. O caso da SPV não terá sido excepção⁴, mas do livro de actas da Sociedade podemos apenas extrair propostas concretas como por exemplo o calcetamento das ruas, a construção de um Teatro Nacional em Guimarães, entre outras.

Da SPV faziam parte destacados membros da sociedade vimaranense de então. Entre eles encontravam-se alguns elementos da chamada “*emigração liberal*”⁵, gente que durante a Guerra Civil se viu forçada a deixar Portugal e que se instalou sobretudo em Paris e Londres. Lá puderam testemunhar desenvolvimentos urbanísticos que em Portugal estavam longe de ser implementados⁶, bem como vivenciar os diversos aspectos práticos do quotidiano dos países modernizados pela revolução industrial.

Terá sido com o intuito de modernizar a sociedade que se organizou a SPV. Assim, a par de uma comissão “*Administrativa*” e outra de “*Contas*” (estas aparentemente relacionadas apenas com as actividades internas da SPV) surgiram também outras comissões, nomeadamente comissões de “*Festas*”, de “*Instrução*” (que incluía o ensino e a cultura), de “*Agricultura*”, de “*Salubridade*” e de “*Comércio*”. Estas três últimas, ainda que muito lentamente, foram semeando algumas das ideias que mudaram e construíram Guimarães ao longo do século XIX. É legítimo presumir que das ideias defendidas pelos membros da SPV, surgiram, em certa medida, as bases que permitiram lançar os alicerces da Associação Comercial de Guimarães (fundada em 1865 por António Espírito Santo “O Alemão”, membro da SPV), das diversas demolições que permitiram o alargamento e calcetamento das artérias urbanas, da edificação de novos teatros, das instituições ligadas à instrução (e ao ensino), do cemitério público (salubridade), entre outras. Contudo, nenhum destes progressos foi posto em prática através da SPV que se extinguiu em 1839. As ideias germinadas na SPV ficariam à espera de melhores dias. É ainda de notar que muitos dos seus elementos teriam um papel relevante na política local e nacional nos anos que se seguiriam.

³ Marques, A.H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal Vol. III (2ª parte)*, Editorial Presença, Lisboa, 1997, p.265

⁴ Brito, Francisco, *O Botequim do Vago-Mestre – Política e Sociedade na Guimarães oitocentista*, ASMAV, Guimarães, 2011 pp. 75-78.

⁵ Como casos concretos podemos apresentar o de Domingos Duarte Machado Ferraz exilado em Paris ou de José Fortunato Ferreira de Castro que viveu em Inglaterra.

⁶ Giedion, Sigfried, *Space, Time and Architecture – the growth of a new tradition*, Cambridge, Harvard University Press, 1954, pp. 632–633.

Para uma análise a este período não podemos esquecer que a primeira metade do século XIX foi um período de grande instabilidade política e social. À Guerra Civil que opôs Miguelistas a Liberais, seguiu-se o conturbado período do Setembrismo (1836 a 1842), a que se seguiu a *Maria da Fonte* (em 1846). Naturalmente esta instabilidade afectou Guimarães e impediu que muitas das ideias de progresso e desenvolvimento defendidas na época ganhassem forma. A título de exemplo, pode dizer-se que durante o Setembrismo nem o problema do calcetamento das ruas estava resolvido, como parecem atestar uns versos da época relativos esse problema em Guimarães: “*As calçadas continuam/no desmazelo sabido/e o dinheiro anda comido!*”⁷.

Contudo, na década de 40 do século XIX, Guimarães conheceu alguns progressos, dos quais merecem destaque o serviço de correios (1841), a iluminação pública (1844), ou os projectos e melhoramentos das rudimentares estradas que uniam Guimarães a Santo Tirso e a Braga (1845).

Já na década de 50, com o país aparentemente pacificado, começam a pôr-se em prática algumas das melhorias pensadas nas décadas anteriores. Antes de 1852, data da visita de D. Maria II a Guimarães, é de referir que uma *Comissão de Amigos do Castelo*⁸ propôs efectuar alguns melhoramentos naquele que era (e ainda hoje é) considerado o mais importante monumento de Guimarães, pela sua antiguidade e pela sua enorme carga simbólica.

2. A REGENERAÇÃO E A ASCENSÃO DO VISCONDE DE PINDELLA (1852 – 1865): POLÍTICA, CULTURA E CIVILIDADE

Não é fácil traçar em linhas breves uma introdução ao funcionamento do sistema político durante o liberalismo. O direito ao voto, quer para a Câmara Municipal, quer para a Câmara dos Deputados era censitário (isto é, estava condicionado a um determinado nível de rendimento e/ou literacia). Para ser “*cidadão*” certos requisitos deveriam ser cumpridos, caso contrário não se poderia votar (o sufrágio não era universal) nem ser eleito. As Câmaras, tal como hoje, compunham-se de um Presidente e de um determinado número de vereadores. Contudo, a actividade financeira da Câmara era controlada por um conselho, vulgarmente designado pelos “*40 maiores proprietários (ou contribuintes)*”, que tinha o poder de aprovar ou reprovar os empréstimos da Câmara e de, em tempo de eleições, escolher as Comissões Recenseadoras. Nos municípios assumia também um papel importante o Administrador do Concelho, nomeado pelo Governador Civil. Já os Deputados, após 1859, passaram a ser eleitos por círculos uninominais, representando, portanto, a “*terra*” por onde eram eleitos⁹.

Quando João Machado Pinheiro de Melo entrega, na qualidade de Presidente da Câmara de Guimarães, as Chaves da Cidade à Rainha estava, de certa forma, a abrir as portas do seu futuro político. Oriundo de várias Casas da mais antiga fidalguia e nobreza vimaranense e minhota, João Machado Pinheiro de Melo não se representava apenas a si próprio. Representava a poderosa Casa do Arco, dos Condes da Azenha (de onde descendia) e a Casa do Proposto (a que se uniu por casamento). Mantinha boas relações com o Conde de Arrochela (que sendo convidado para integrar a lista política de Pindella só recusou por motivos pessoais)¹⁰ e com a Casa de Vila Pouca, com a qual desde cedo se aliou apoiar a candidatura a Deputado de Gaspar Teixeira de Sousa de Magalhães e Lacerda (filho do Conde de Vila Pouca)¹¹.

⁷ O Artilheiro de 10.05.1837.

⁸ Segundo Meireles, Maria José Marinho de Queirós, *O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (Sec. XIX–XX) – Permanências e Alterações*, Braga, 2000, p. 60 a Comissão era composta da seguinte forma: “Presidente Rodrigo Lobo Machado e Couros, Domingos de S. Miguel Durães, João Machado de Melo e Castro, Francisco de Azevedo Varela, Custódio José Fernandes Guimarães e João António Fernandes Guimarães”.

⁹ Na maioria dos discursos e nas intervenções dos Deputados eleitos por Guimarães encontra-se um alinhamento total com as opiniões dos influentes locais.

¹⁰ Tesoura de Guimarães de 24.11.1856.

¹¹ Tesoura de Guimarães de 11.11.1856.

Para além da primeira fidalguia local, Pindella conseguiu também associar-se politicamente a outros elementos importantes da sociedade vimaranense de então, mantendo uma certa heterogeneidade na vereação sempre que foi Presidente da Câmara de Guimarães (entre 1852/54 e 58/61)¹².

A sua capacidade de unir facções distintas permitia-lhe o apoio da maioria dos 40 maiores contribuintes/proprietários e de, em tempo de eleições, controlar as comissões recenseadoras e os caciques locais. No século XIX, em circunstâncias normais, as eleições ganhavam-se assim.

Agraciado com o título de Visconde de Pindella em 1854, a sua carreira política não se restringiria à Câmara de Guimarães. Em 1860 seria eleito pela primeira vez Deputado, militando nas hostes do Partido Regenerador. Portugal vivia então o período da Regeneração, em que se privilegiavam os “*melhoramentos materiais*” num país que se considerava manifestamente atrasado em relação aos seus congéneres europeus.

Uma das questões mais importantes para o Minho durante a década de 60 era o mau estado das suas estradas. Numa das sessões parlamentares de então, Pindella pede a palavra e, farto de promessas, diz o seguinte: “*Eu, sr. Presidente, não venho cansar a Câmara desenrolando perante ela pergaminhos de nobreza com que Guimarães de certo muito se ufana, nem apontando para os seus padrões de glórias passadas, nem falarei também na sua indústria, comércio, propriedade e riqueza; direi somente que Guimarães é uma das terras de todo o reino que mais concorrem para os cofres do Estado. Foi sempre atendida pelos antigos governos e monarcas portugueses cobrindo-a de regalias, honras e privilégios; e aquela para a qual os governos proximamente passados não tem olhado absolutamente nada. Esta é a história fiel e verdadeira. Não critico com isto o actual governo, ao contrario, eu creio muito nos actuais Senhores Ministros, e sobretudo no nobre ministro das obras publicas. Sinto muito que s. Exca. não esteja presente; mas peço ao nobre ministro do reino a bondade de lhe fazer saber que não só lhe faço a devida justiça, mas que até o louvo, porque já tenho motivos para isso, e que lhe voto muitos agradecimentos não só em meu nome como em nome dos povos que tenho aqui a honra e desvanecimento de representar; mas a verdade, sr. presidente, é que não se tem olhado por aquela terra (...) Guimarães, Sr. Presidente, desconhece totalmente o que é viação; algumas estradas tem o Minho, mas não são para aquele lado. Isto será da minha parte espírito de campanário, mas honro-me muito de ser primeiramente que tudo deputado de campanário; nem eu viria aqui, Sr. Presidente, senão pela livre e espontânea vontade dos meus patrícios; c entendo mesmo que a feição característica da câmara não pode ser, nem é outra senão a de campanário.*”¹³ A questão das estradas era uma das que mais agitava a política de então. Cerca de um mês depois do discurso de Pindella, o Deputado por Basto, Domingos de Barros Teixeira da Mota, fazia um discurso idêntico, defendendo a rápida execução ou conclusão das estradas da região de Basto e exigindo a sua passagem obrigatória por Guimarães, pois, segundo Teixeira da Mota “*o Porto é o grande deposito de mercadorias de onde se surtem as províncias do norte; Guimarães é o ponto central intermédio deste grande mercado; é por isso da maior necessidade dar-lhes uma via de comunicação*”¹⁴. O poder central parecia não dar ouvidos às aspirações da província e, para além disso, sobrecarregava a população com pesados impostos. Assim, em 1862, tal como acontecera em 1846 com a “*Maria da Fonte*”, Guimarães agita-se novamente, desta vez com os motins da “*Maria Bernarda*”. Os motivos, em linhas gerais, eram os mesmos: a enorme carga fiscal que recaía sobre as populações .

A luta de Pindella e dos vimaranenses seria dura, mas, ainda durante a década de 60 do século XIX, algumas vias seriam abertas, nomeadamente a importante estrada de Guimarães para a Lixa e a de Guimarães para Braga (para a qual foi aberta uma subscrição pública de angariação de fundos, em que dezenas de cidadãos vimaranenses participaram com avultadas quantias). Mas outras aspirações, como a da criação de uma Biblioteca Pública em Guimarães, não seriam realizadas.¹⁵

¹² Ver anexo 1.

¹³ Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa de 29-02-1860 pp. 243-257.

¹⁴ Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa de 19-03-1860 pp. 187-202.

¹⁵ Gazeta do Minho de 16.06.1866: “*Está como já dissemos affecto ao Governo um requerimento da Câmara Municipal deste concelho pedindo a concessão dos livros em duplicado das diversas livrarias públicas para constituírem um núcleo de uma Biblioteca Municipal nesta cidade*”.

Entre 1865 e 1868, Pindella foi Governador Civil de Braga. E é nessa altura, entre 65 e 66, que se dá a primeira ruptura entre Pindella e um dos seus aliados políticos, o Dr. Luís Augusto Vieira, antigo Vereador numa Câmara presidida por Pindella e irmão do Dr. José Joaquim Vieira (1º Barão de Paço Vieira). José Joaquim Vieira tinha sido nomeado Governador Civil de Braga a 15.02.1865. Com o novo governo de “Fusão” entre regeneradores e históricos¹⁶, o escolhido para o cargo foi Pindella, que o ocupou entre 1865 e 1868 (altura em que termina a “Fusão”). Dissidente do “partido local” de Pindella, Luís Augusto Vieira (que teria outro alinhamento político)¹⁷ encabeçaria em 1865 uma lista à Câmara em que se opunha ao Barão de Pombeiro, aliado de Pindella. Em Novembro de 1865, o Barão de Pombeiro foi eleito Presidente da Câmara. Luís Augusto Vieira foi Administrador do Concelho (entre 1868 e 1870), tendo sido nomeado pelo seu irmão, Joaquim José Vieira, que então era Governador Civil de Braga. Após 1870, Luís Augusto Vieira não voltaria a exercer qualquer cargo político.

Depois de três anos como Governador Civil de Braga, Pindella foi Governador Civil de Viana do Castelo (entre 1869 e 1870), voltou a ser Governador Civil de Braga (por mais duas vezes), e Presidente da Câmara daquela cidade o que, mais tarde, lhe trouxe sérios problemas com os vimaranenses.

Pindella não foi só um bom político, foi também um homem culto (escreveu algumas obras) e procurou dotar a sua terra daquilo que então se entendia ser “civilizador”. Nesse sentido não é de espantar que, ainda na década de 50, o seu nome esteja ligado à direcção e provavelmente à fundação do Teatro Afonso Henriques¹⁸ e da “Assembleia” vimaranense¹⁹ (que na sua génese terá tido uma “Associação Civilizadora”, da qual Pindella fazia parte). Juntamente com outros nomes que mais tarde viriam a ganhar relevância na vida pública local (como os do Barão de Pombeiro, Francisco Ribeiro Martins da Costa (Agra), Dr. José Areias, José Joaquim da Costa, Melo e Castro, entre outros), o Visconde de Pindella conseguiu dinamizar a vida cultural da cidade de Guimarães. Ao dotar Guimarães de um Teatro com boas condições via-se cumprido um velho sonho vimaranense que remonta, pelo menos, à década de 30 e aos tempos da Sociedade Patriótica. Através da “Assembleia” vimaranense a “boa sociedade” local tinha, pela primeira vez em muitos anos, uma associação destinada à sociabilidade, exclusiva e funcional.

Mas, como é natural em qualquer cidade, o período de 52/68 não é unicamente o produto da visão política de um homem. São vários os acontecimentos dignos de nota que marcam estes quinze anos.

Ainda no final da década de 50, num baile da “Sociedade Recreativa Vimaranense”²⁰ dado na Casa dos Pombais surge, por iniciativa do antigo Sargento de Infantaria e então Professor Francisco António de Almeida (natural de Lisboa), a ideia de criar um “Asilo da Infância Desvalida”, nascendo assim o Asilo de Santa Estefânia.

Já na década de 60 iniciam-se os trabalhos para a “Praça do Mercado”, elemento urbano fundamental para uma cidade que era abastecida diariamente de produtos alimentares frescos, que ali encontravam um espaço para serem vendidos com um mínimo de condições e de ordem. Até então (e, em alguns casos, mesmo após a construção da Praça) este tipo de vendas fazia-se nas praças públicas da cidade.

Em 1865, por iniciativa de António José Ferreira Caldas, é criada em casa do velho e rico negociante António do Espírito Santo a Associação Comercial de Guimarães, destinada a promover os interesses de uma das classes mais florescentes da Guimarães da segunda metade do século XIX. Um ano após a criação da Associação Comercial, surge a Associação Artística, destinada a defender os interesses dos artífices, que logo na sua reunião instaladora, no Teatro Afonso Henriques, junta mais de 150 membros e é recebida com grande entusiasmo.

¹⁶ Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Alfragide, Texto Editora, pp. 85-87.

¹⁷ Não sabemos a que partido pertencia Luís Augusto Vieira em 1865. Sabemos apenas que após a criação do Partido Progressista (em 1876) foi sempre seu militante.

¹⁸ Ver anexo 2.

¹⁹ Idem.

²⁰ Morais, Maria Adelaide Pereira de, *140 anos do Lar de Santa Estefânia (1858–1998)*, Guimarães, Lar de Santa Estefânia, 1998.

Não há dúvida que os pedidos de desenvolvimento junto do poder central (a criação de vias de comunicação), o aparecimento do Teatro Afonso Henriques e da “*Assembleia*” vimaranense, a criação do Asilo de Santa Estefânia, da Associação Artística e da Associação Comercial marcaram o período em questão. Contudo, em 1869, após alguns anos de estudos, pela mão do Eng. Almeida Ribeiro e com a aprovação de três presidentes de Câmara, surge um levantamento da planta da cidade e é criada uma Comissão de Melhoramentos que irá determinar o futuro de Guimarães nos 30 anos que se seguiram.

3. UMA IDEIA, TRÊS PRESIDENTES (1865- 1870): A PLANTA DO ENG. ALMEIDA RIBEIRO E A COMISSÃO DE MELHORAMENTOS COMO MOTOR DA POLÍTICA LOCAL

Em 1863, sendo Presidente da Câmara Alves Carneiro, é assinado com o Eng. Almeida Ribeiro um acordo para que se fizesse uma Planta da Cidade de Guimarães (a ideia já teria alguns anos, tendo sido proposta pela primeira vez em 1859)²¹. A planta é entregue em 1867 ao Barão de Pombeiro que, entretanto, tinha assumido Presidência da Câmara. Mas a planta de Almeida Ribeiro era mais do que uma simples planta pois o Engenheiro “foi ainda mais longe e, além da abertura de quatro novas praças, propôs a construção de um passeio público, a localização de escolas primárias, para ambos os sexos, e a construção de um bairro para a classe pobre”²². Associada a esta proposta surge a ideia de criar uma “*Comissão de melhoramentos para a cidade*”, instalada pelo novo presidente do município, o Visconde de Santa Luzia, que era composta pelos seguintes elementos: “*Dr. Bento António de Oliveira Cardoso, Barão de Pombeiro, Eng. José Taveira Carvalho Pinto de Menezes, João de Castro Sampaio, Francisco Pinto do Amaral e Freitas, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, (subdelegado de saúde), Dr. Avelino da Silva Guimarães, (vice-presidente da Câmara), Rodrigo Teixeira de Menezes, Dr. Francisco Martins Morais Sarmento, Luís Cardoso Martins de Macedo e João Baptista Sampaio*”²³. Nesta “Comissão” destacaram-se o Eng. José Taveira Pinto de Menezes e o Dr. Avelino da Silva Guimarães. Na prática a Comissão dedicou-se a resolver os problemas do abastecimento público de águas e a arranjar e a abrir arruamentos. Mas, por iniciativa do Dr. Avelino da Silva Guimarães e do Eng. Pinto de Menezes, foi também discutida a realização de uma exposição Industrial e Agrícola, a criação de lavadouros e públicos, um plano de iluminação a gás, etc.

Da cabeça de Pinto de Menezes surge ainda um dos projectos mais fascinantes, pela sua visão de futuro, jamais elaborados em Guimarães: a abertura de uma estrada vicinal, ligando à volta dos subúrbios da cidade as estradas de Fafe, Braga, Santo Tirso e Famalicão. Mas as ideias desta Comissão de Melhoramentos não se ficavam por aqui. Avelino da Silva Guimarães faria, por esta altura, uma proposta que visava criar uma Biblioteca Pública, científica e literária, mas também industrial e agrícola. A importância desta Comissão e das ideias que lançou ou relançou no debate público vimaranense constituem um marco incontornável na vida da cidade. Muito do que Guimarães conseguiu de notável no final do século XIX (como por exemplo a abertura de novas vias, a criação da Biblioteca Pública, da Escola Industrial, da Sociedade Martins Sarmento, da Exposição Industrial de 1884, entre outras) é, sem margem para dúvidas, fruto do pensamento do Eng. Pinto de Menezes e do Dr. Avelino da Silva Guimarães (que anos mais tarde, como é bem sabido, foi parte activa nessas concretizações).

No momento que em Guimarães começavam a ser discutidos estes empreendimentos, na Câmara dos Senhores Deputados o ex-Presidente da Câmara de Guimarães e agora Deputado Alves Carneiro (ligado ao Partido Reformista)²⁴ defendia uma outra ideia grata aos vimaranenses de então: o comboio. Nesse sentido, Alves Carneiro, na discussão sobre o traçado do caminho de ferro do Minho faz uma intervenção clarividente:

²¹ Fernandes, Mário Gonçalves, *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal (1852/1926)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

²² Idem p. 222.

²³ Meireles, Maria José Marinho de Queirós, *O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (Sec. XIX–XX) – Permanências e Alterações*, Braga, 2000, p. 53.

²⁴ Mais tarde Alves Carneiro seria do partido Progressista (o Partido Progressista nasce em 1876, fruto da fusão entre os “partidos” Histórico e Reformista).

“Eu desejava muito que na construção do caminho de ferro do Porto ao Minho se evitasse a tendência que há de dar aos nossos caminhos de ferro uma direcção toda marginal e litoral. Esta tendência é fatal e nociva aos interesses do país. A experiencia do caminho de ferro do norte tem-nos demonstrado a verdade do que digo (apoiados); e para que não aconteça isto em caminho de ferro nenhum que tenhamos de construir foi que tomei a liberdade de apresentar esta minha moção, tendente a este fim, principiando por propor que o caminho de ferro do Minho seja comum até ao Vale de Sousa, bifurcando aí para a Régua e Braga por Guimarães.

Se os caminhos de ferro são destinados para o transporte de passageiros e mercadorias entre os grandes centros de população; se a nação faz grandes sacrificios na sua construção para aproveitar o maior numero, entendia e entendo que nenhuma outra directriz se podia apresentar que levasse o caminho de ferro com mais vantagem e utilidade publica.

Sr. presidente, o caminho de ferro directo do Porto a Vianna por Braga pode atravessar, até esta ultima cidade, os seguintes concelhos e população:

Maia, com.....16:107 habitantes

Santo Tirso com..... 21:539 »

Vila Nova de Famalicão..... 27:990 »

Barcellos..... 45:168 »

[soma] 110:804 »

E só pode aproveitar pela sua proximidade a uma população de 68:938 habitantes, que tantos são os que existem, segundo o ultimo recenseamento oficial, na área dos quatro concelhos de Bouças, Vila do Conde, Povoia de Varzim e Esposende, vindo portanto a interessar a uma população total de 179:742 habitantes.

Levado porém o caminho de ferro pelo Vale de Sousa a Braga por Guimarães ou suas proximidades, pode atravessar os seguintes concelhos e população:

Condomar, com..... 21:858 habitantes

Vallongo..... 8:522 »

Parede..... 17:618 »

Penafiel..... 28:752 »

Louzada..... 14:318 »

Felgueiras..... 20:245 »

Guimarães..... 44:413 »

[soma] 155:726 »

E pode aproveitar pela sua proximidade a uma população de 190:979 habitantes, que tantos são os que existem, segundo o mesmo recenseamento, na area dos dez concelhos de Paços de Ferreira, Marco de Canavezes, Baião, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Povoia de Lanhoso, Vieira, Fafe, Celorico de Basto e Cabeceiras do Basto, aproveitando assim a uma população total de dezassete concelhos em numero de 346:705 habitantes, resultando uma diferença de população em favor do traçado por Guimarães ou suas proximidades de 166:967 habitantes. É este o resultado que se encontra quanto á população na comparação dos dois traçados, resultado que eu entendo que deva merecer muita consideração aos poderes públicos (...).”²⁵

²⁵ Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa de 15-06-1867

Deve dizer-se que a estas pretensões vimaranenses poderá não ter sido estranha a influência de Félix Pereira de Magalhães (Deputado, Ministro, Par do Reino, etc), um dos mais influentes políticos portugueses de então, que era sogro do Visconde de Santa Luzia e visita habitual da cidade de Guimarães, onde se hospedava em casa do genro.

Dos três Presidentes de Câmara que estiveram ligados a estes projectos, Alves Carneiro, Barão de Pombeiro e Visconde de Santa Luzia, podemos dizer que é Santa Luzia o último sobrevivente do período da “Fusão”.

Em 1868, após um enorme aumento de impostos, que dá origem no Porto à revolta popular da “Janeirinha” e que leva à queda do ministério “Fontes-Ferrão”, o Visconde de Santa Luzia organiza um “*enterro do Fontes (...) onde decorreu um cortejo fúnebre formado por homens cobertos de palhoças e que de archote na mão prestavam as últimas honras ao cadáver do ministério Fontes – Ferrão que traziam num túmulo (...) que enterraram entre selvagem gritaria em cima do muro da nova praça do mercado*”²⁶. Contudo o enterro de Fontes Pereira de Melo não era de todo definitivo. Santa Luzia tinha sido o principal rosto da “brincadeira” e depois da “Saldanhada”²⁷, Fontes iria ressuscitar e o Visconde nunca mais voltaria ao poder em Guimarães. Os tempos eram de mudança e, na cidade, uma nova ordem política estava para chegar e durar.

4. UMA NOVA ORDEM POLÍTICA (1870 – 1880): AS NOVAS FAMÍLIAS NO PODER, LUTAS ELEITORAIS E UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

4.1. A consolidação de um novo poder

Quando em 1870 o ainda jovem Luís Cardoso Martins da Costa de Macedo (futuro Conde de Margaride) escreve sob o pseudónimo de P. Amorim Viana no jornal “*Vimaranense*” que à política portuguesa restava “o *Partido Regenerador (...)*” e perguntava se não seria “*um sintoma da sua próxima ascensão à governação o último discurso do Sr. Fontes [e] o tom desassombrado com que alardeava as suas funestas doutrinas?*”²⁸, mesmo sem o querer e partindo de uma perspectiva crítica, tinha acabado de escolher o partido onde iria militar durante toda a sua vida. Depois de anos caóticos, de “fusões” impossíveis e de poucos progressos para a sua terra, Margaride viu no Partido Regenerador uma tábua de salvação. Afinal, “*entre 1868 e 1871 houve cinco eleições, um golpe de estado (...) e oito governos*”²⁹, motivo mais do que suficiente para que uma visão mais pragmática da política se sobrepusesse a uma perspectiva mais contestatária. Nesse mesmo ano Margaride fazia a sua estreia política como Presidente da Câmara de Guimarães, cargo que cedo deixaria para ser Governador Civil de Braga. Foi, sem margem para dúvidas, o político vimaranense com mais poder entre 1870 e 1910. Mas como consolidou Margaride o seu poder? E que famílias e individualidades o apoiaram nas duras lutas da década de 70 e das seguintes?

Essencialmente foram três as famílias que mais influência tiveram durante o período em análise. A essas, ao longo do tempo, foram-se juntando outras, com ligações mais ou menos evidentes entre si e alguns indivíduos que por mérito próprio ascenderam na sociedade vimaranense de então. Como já foi referido neste trabalho, para dominar o poder local era necessário fazer parte (ou ter influência) junto dos 40 maiores contribuintes, que eram os responsáveis pela aprovação das contas da Câmara e pelas comissões recenseadoras. Todas as famílias de que falaremos em seguida cumpriam esse requisito.

²⁶ Religião e Pátria de 18.01.1868.

²⁷ Governo em “ditadura” exercido pelo Duque de Saldanha.

²⁸ Vimaranense de 15.11.1870.

²⁹ Ramos, Rui História de Portugal Vol 6, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009 pág. 49.

Aquele que viria a ser o 1º Conde de Margaride pertencia a uma família ilustre, descendente pelo lado paterno da nobreza local (o seu pai era irmão de Domingos Cardoso de Macedo, o último Capitão-Mor de Guimarães e uma das figuras mais preponderantes da nobreza local) e pelo lado materno dos Martins da Costa, uma das famílias mais ricas do Minho (e talvez do país). Os Martins da Costa tinham feito uma gigantesca fortuna no Brasil na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Ao regressarem a Guimarães, de onde eram naturais, foram contraindo alianças matrimoniais com elementos da nobreza³⁰ e da alta burguesia vimaranense. Entre os primos diretos de Luís Cardoso Martins da Costa de Macedo contavam-se nomes como os do arqueólogo Francisco Martins Sarmiento, dos irmãos José Ribeiro Martins da Costa (Vereador por inúmeras vezes) e Francisco Ribeiro Martins da Costa (o célebre Francisco Agra), dos irmãos José Martins da Costa Montenegro (Minotes) e Gualter Martins da Costa, entre outros³¹. Eram ainda parentes de José Leite Pereira da Costa Bernardes (Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Guimarães), dos Teixeira de Menezes, dos Silva Carneiro e de outras famílias ricas e poderosas da região. Todos os membros desta família, a partir do momento em que fossem senhores dos seus bens (por emancipação, dote ou morte dos pais) tinham lugar, caso assim o entendessem e a legislação o permitisse³², na *“assembleia dos 40 Maiores Contribuintes”*. Nesta família, para além do Conde de Margaride, figura sobejamente conhecida (Presidente da Câmara de Guimarães, Governador Civil de Braga e do Porto e Par do Reino), é de destacar o papel discreto mas constante de José Ribeiro Martins da Costa (que foi por diversas vezes Vereador entre a década de 1870 e a década de 1890) e a chefatura sem cargos do seu irmão Francisco Agra, um dos políticos vimaranenses mais influentes das últimas décadas do século XIX.

A esta família juntavam-se os Sampaio, oriundos de Fafe. Tinham ascendência nalgumas famílias nobres daquele concelho (os Reimão, por exemplo) e estavam estabelecidos em Guimarães desde a segunda metade do século XVIII. Estavam ligados (por casamentos) com algumas casas nobres vimaranenses, mas foram principalmente grandes e ricos comerciantes com lojas na praça do Toural e arredores. Estavam divididos em três ramos familiares: os Ribeiro da Costa Sampaio, os Sampaio e Castro e os Castro Sampaio. Desta família aqueles que para o período em análise mais se destacaram na política local tinham em comum os bisavós Pedro da Costa e Teresa de Sampaio da Costa (moradores em Santa Eulália, Fafe). Foram eles: Francisco da Costa Sampaio e Castro (diversas vezes Vereador, casado com uma prima em 2º grau, filha do riquíssimo negociante António Ribeiro da Costa Sampaio), José de Castro Sampaio (várias vezes Vereador e Visconde de Sendelo – título de 1890) e o seu irmão Manuel de Castro Sampaio (Administrador do Concelho de 1881 a 85 e de 1891 a 97). Os dois irmãos Castro Sampaio eram filhos de João de Castro Sampaio (Vereador por inúmeras vezes da Câmara de Guimarães, rico comerciante e proprietário da Quinta de Sendelo). Os “Sampaio” eram dos comerciantes mais ricos e conceituados de Guimarães, fazendo naturalmente parte da *“assembleia dos 40 Maiores Contribuintes”*.

Por último, e com uma relação um pouco mais difícil de descortinar, surgem os genros de José Caetano da Silva (assim designados por não terem apelidos em comum). Oriundo de Penafiel e filho de lavradores proprietários, José Caetano da Silva estabeleceu-se em Guimarães no início do século XIX como negociante de têxteis, sendo um dos *“mais acreditados da Vila, com sua loja muito bem sortida e passava geralmente como rico”*³³. Era proprietário, em Guimarães, da Quinta da Fonte Santa e de diversos prédios urbanos e, em Penafiel, dos Casais do Olival e da Vila de Baixo. Foi Inquiridor do Juízo Geral da Vila de Guimarães e Ajudante (posto equivalente a Capitão) de Ordenanças. O apelido “Silva” provinha de um bisavô materno, o Alferes António da Silva (natural de Montemor

³⁰ Destes casamentos destaca-se o de D. Maria Cândida de Araújo Martins da Costa com Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado, 2º Conde de Vila Pouca, a 20.09.1852 (do qual não houve descendência).

³¹ Dos nomes indicados escolheram-se aqueles que conhecemos como tendo residência habitual no concelho de Guimarães.

³² Das listagens consultadas com os nomes dos 40 Maiores Contribuintes (nos jornais e nos livros de recenseamento) percebe-se que há alterações aparentemente inexplicáveis de ano para ano. Poderia haver interesse em pertencer em determinado ano no grupo e noutros não ser incluído (há um determinado número de regras e impedimento para se pertencer a este conselho, nomeadamente as relações de parentesco com membros do executivo, etc). Os pedidos de atestado de residência em quintas ou casas fora da cidade (que se podem encontrar nas actas da Câmara) parecem fazer parte deste “jogo” de declaração de rendimentos.

³³ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Cota: C-4-2-29.

- o - Novo, figura que, presumivelmente, teria algum prestígio). José Caetano da Silva, que morreu em 1848, “mandou” todos os seus filhos varões para o Brasil, casou uma filha com João José da Cunha (negociante) e uma outra com um tal Dr. Nunes Leite (professor de latim em Arcos de Valdevez). As suas outras filhas casaram com António José Ferreira Caldas, José Joaquim da Costa e João António Fernandes Guimarães. São estes três últimos nomes que interessa fixar para esta análise.

Fernandes Guimarães foi Tesoureiro da Câmara de Guimarães entre 1863 e 1878, dando para o exercício do cargo uma garantia pessoal de 12 contos de reis³⁴, tendo por isso uma certa influência no poder local. José Joaquim da Costa, por várias vezes Vereador da Câmara de Guimarães, herdou o botequim do Vago-Mestre do seu pai (um importante centro político vimaranense entre 1816 e 1894), mas era acima de tudo um grande proprietário agrícola (tendo lugar na “*assembleia dos 40 Maiores Contribuintes*”)³⁵. Já António José Ferreira Caldas era de todos o que tinha o maior prestígio e peso político. Foi eleito Deputado substituto em 1852 e foi Vereador pela primeira vez em 1866 (sendo-o novamente na década de 70.) Tinha também uma filha casada com um sobrinho de Manuel Joaquim Marques (Vereador por diversas vezes, um dos 40 Maiores Contribuintes e “*o maior e mais influente político que [o Partido Regenerador] tinha no concelho*”).

Das famílias acima referidas podemos encontrar diversos membros, parentes e descendentes na Vereação ao longo de todo o século XIX³⁶. Como é natural, visto estarmos a falar de indivíduos que se uniam por laços de parentesco, interesses, afinidades e amizades e não de um grupo pretensamente homogéneo e estático por definição, houve, ao longo dos anos (e por vezes dentro da mesma família) algumas dissidências, mudanças de partido, casos de desinteresse puro e simples pela vida política e até de decadência económica e social.

4.2. A luta política na década de 70: a velha aristocracia confronta-se com a “nova”

Como já foi referido Margaride ascende pela primeira vez à presidência da Câmara em 1870, durante a “*Saldanhada*”. A Câmara era composta pelo Dr. Luís Cardoso Martins da Costa de Macedo (Margaride), Dr. Avelino da Silva Guimarães, António José da Silva Basto, José Joaquim da Costa, Francisco da Costa Sampaio e Castro e por José Maria da Costa.

Em Outubro de 1871, já com Fontes Pereira de Melo de regresso ao poder (manteria um governo estável entre 1871 e 1877), Margaride é nomeado Governador Civil de Braga, assumindo a presidência da Câmara o Dr. Avelino da Silva Guimarães.

Em 1872 Guimarães entra em ebulição com as eleições municipais. As eleições são disputadas do lado dos “*camaristas*” pelo Dr. Avelino da Silva Guimarães, Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto, José Joaquim da Costa, Manuel Joaquim Marques, José Ribeiro Martins da Costa, António José da Silva Basto e José Maria da Costa. Do lado da oposição encontrava-se o Dr. José Barbosa da Costa Lemos, António Mendes Ribeiro e o Visconde de Lindoso. As acusações trocadas entre o “*Ecco do Norte*” (jornal afecto à oposição) e o “*Religião & Pátria*” (afecto aos “*camaristas*”) raras vezes referem assuntos políticos relevantes. O “*Ecco do Norte*” começa por acusar Avelino da Silva Guimarães de não fiscalizar a actividade do Administrador do Concelho e de haver confusão na Câmara para, na ausência de Avelino, saber quem assumia o cargo (se seria Manuel Joaquim Marques ou José Joaquim da Costa). Depois, o mesmo periódico acusa Margaride de ser o responsável pelo corte da oliveira da Praça da Oliveira,

³⁴ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Cota: N-2478 fl. 107 - 108.

³⁵ Para além do que foi indicado, José Joaquim da Costa tinha as seguintes relações familiares: era tio avô (por afinidade) do Dr. Joaquim José de Meira (Vereador no final do século XIX) e o seu genro, o Notário João Joaquim de Oliveira Bastos, era irmão do também Notário José Joaquim de Oliveira Bastos Júnior, casado com uma filha natural do Visconde de Santa Luzia.

³⁶ Ver anexo 1. As relações de parentesco podem ser confirmadas em obras como “*Cenealogias Vimaranenses*” e “*Velhas Casas de Guimarães*” (ver bibliografia consultada) conjugadas com o motor de busca do AMAP (Gisa), motor de busca do GHP e do site Geneall (ver sites consultados). A título de curiosidade (utilizando as mesmas fontes) é possível concluir que em meados do século XX todas estas famílias tinham ligações directas de parentesco ou de afinidade.

pois Margaride tinha pedido a expropriação da árvore, alegando que a mesma dificultava o trânsito (o corte da árvore, que de facto aconteceu, foi feito durante a noite, por desconhecidos) e recorda “*o berreiro que [fazia] contra ambos, [contra o cabido e contra o Ministro que tinha inviabilizado a remoção da Oliveira] o Sr. Luís Cardoso no Café Vago-Mestre, o seu predilecto*”³⁷. No mesmo jornal (e no mesmo número) é ridicularizada uma recepção organizada por José Joaquim da Costa a Avelino Cardoso, Ministro das Obras Públicas, sendo o desfile descrito como risível, pois, de acordo com o “*Ecco*” teve pouca adesão e Margaride ia cumprimentando pessoas que lhe viravam a cara. O jornal “*Religião & Pátria*” descreve a recepção como “*verdadeiramente surpreendente*” dizendo que as ruas estavam “*apinhadas de gente*”³⁸. A presença do Ministro das Obras Públicas tinha por objectivo preparar a visita de D. Luís I a Guimarães, que teria lugar pouco tempo depois³⁹.

O “*Ecco*” continuava ao ataque, fazendo desta vez um ataque de natureza pessoal contra Margaride. Acusava-o de ter um pai pobre, o que não era verdade, visto que o pai de Margaride, Henrique Cardoso de Macedo, era um dos 40 Maiores Contribuintes. A acusação do “*Ecco*” surge como resposta a alegados comentários de Margaride sobre a ascendência e falta de modos do Dr. Costa Lemos.

No meio deste clima político de grande conflitualidade, chega a Guimarães D. Luís I. Entra na cidade acompanhado de Fontes Pereira de Melo e de Avelino Cardoso. Ao seu lado seguem o incontornável Conde de Vila Pouca e os Viscondes de Lindoso e de Santa Luzia (todos afectos à oposição), mas a acompanhar o Rei também está a Câmara em exercício⁴⁰. Por essa altura já toda a cidade deveria saber que D. Luís se iria hospedar na Casa do Carmo, tendo por anfitrião o Dr. Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, a quem, poucos meses depois, o Rei distinguiria com o título de Visconde de Margaride.

Depois da visita régia, Margaride é ainda acusado pelo “*Ecco*” de ter pedido mobília emprestada para receber o Rei D. Luís. A esta acusação Margaride responde indirectamente e com algum humor, pois, quando convidava alguém para o visitar em sua casa, afixava ao convidado que se podia sentar à vontade porque as cadeiras eram propriedade sua. Por fim, é dito pelo “*Ecco*” que em 67 e 68 Luís Cardoso andava “*a vociferar contra as medidas do sr. Fontes e que agora o elogia*” e que tal acontecia porque “*eram os Snrs. Luís Cardoso, ora Visconde de Margaride mas sem grandeza, e o seu primo Francisco Agra, os inimigos mais figadais dos Regeneradores mas graças à sua falta de carácter é um nomeado Governador Civil e outro Administrador Substituto*”⁴¹. O “*Religião & Pátria*”, entretanto, já tinha saído em defesa de Margaride, dizendo que o Visconde de Margaride nunca tinha participado no “*enterro do Fontes*” (já referido neste texto) e que o mesmo era da inteira responsabilidade do Visconde de Santa Luzia⁴², o que parece ser verdade já que Santa Luzia nunca se defende publicamente destas acusações.

Em desespero de causa, na véspera das eleições, o “*Ecco do Norte*” descobre um “*escândalo político*” nas demolições efectuadas anos antes nas casas do largo do Carmo (supondo o pagamento de indemnizações). O escândalo é rebatido pelo “*Religião & Pátria*”⁴³ pois tais demolições tinham passado pela aprovação das presidências e vereações de Barão de Pombeiro, Visconde de Santa Luzia, Dr. Alves Carneiro, Avelino da Silva Guimarães, António Mendes Ribeiro, entre outros. O Dr. Costa Lemos, chefe da oposição, talvez em desespero de causa, tinha acabado de acusar um dos seus apoiantes (Mendes Ribeiro) de estar envolvido numa vigarice. Tinha perdido a cabeça. E as eleições. Acabava assim a campanha de 1872.

³⁷ Ecco do Norte de 25.05.1872.

³⁸ Religião & Pátria de 22.05.1872.

³⁹ Morais, Maria Adelaide Pereira de, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Ed. Autor, 1998 p. 406.

⁴⁰ Cardoso de Menezes, Luís P. Garcia e Ferreira de Passos, Álvaro, *As visitas régias à Casa do Carmo em Guimarães* in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Série III, Vol. II, 2013, pp. 137-138.

⁴¹ Ecco do Norte de 3.08.1872

⁴² Religião & Pátria de 12.06.1872

⁴³ Religião & Pátria de 13.11.1872

Em 1875 há novamente eleições muito disputadas. O jornal da oposição é o *“Imparcial”*, pelos *“camaristas”* continua o *“Religião & Pátria”* onde, tempos antes, Francisco Martins Sarmiento tinha assumido a defesa da gestão da Câmara e da probidade dos directores e accionistas da Companhia dos Banhos de Vizela, assunto que seria alvo de algumas polémicas ao longo da década de 70.

Desta vez a oposição contava com apoios de peso na sociedade local. O Visconde de Santa Luzia voltava à política local como candidato à Presidência da Câmara. Como apoiantes tinha o Dr. Costa Lemos, João Vaz Vieira de Melo e Nápoles (o *“fidalgo do Toural”* – que por regra era listado como o maior proprietário/contribuinte do concelho), o Visconde de Lindoso, o Dr. Manuel Bernardino de Araújo e Abreu (figura de grande prestígio e um dos 40 maiores contribuintes), João Baptista Sampaio (abastado comerciante), Sousa da Silveira (da Casa dos Pombais) e o próprio Conde de Vila Pouca. A lista da oposição contava ainda com vários candidatos prestigiados, a começar com Santa Luzia, passando por Araújo e Abreu, Castro Meireles, Plácido Portugal e Manuel de Almeida Júnior. Mas, na manga, Santa Luzia contava com um trunfo precioso identificado como *“José Martins da Costa”* (que supomos ser José Martins de Queiroz Montenegro de Minotes, primo do Visconde de Margaride). A *“autoridade”* tinha por candidato José Leite Pereira da Costa Bernardes, José Ribeiro Martins da Costa, José Luís Ferreira, Augusto Mendes da Cunha, Francisco da Costa Sampaio e Castro e António Campos S. Pereira. Sendo a *“autoridade”* apoiada pelo Visconde de Margaride, grande parte dos ataques recaíam sobre este titular. Nesse contexto é dada uma notícia pelo *“Imparcial”* em que é referido que num baile no Porto onde estava a Senhora D. Maria Pia e o Rei D. Luís I, o Visconde de Lindoso e o Conde de Vila Pouca *“tiveram a honra de dançar com a Senhora D. Maria Pia”* e que no Clube Portuense, o *“Excm. Visconde Lindoso”* fazia parte de um grupo de cavalheiros com quem S. M. El Rei *“falou largamente”*, sendo o Visconde de Margaride ignorado⁴⁴. Este tipo de notícias teriam pouco impacto em Guimarães e o seu peso no eleitorado seria diminuto. Afinal, anos antes, D. Luís I tinha escolhido a Casa do Carmo (do Visconde de Margaride) para se hospedar...Mas outro tipo de acusações eram feitas pelo *“Imparcial”*. Dizia o periódico que na Câmara ninguém se entendia porque o Presidente estava na Póvoa de Varzim e os Vereadores *“os srs. Manuel Joaquim Marques e José Maria da Costa estão indispostos com os seus colegas e o quarto [seria ou António J. Ferreira Caldas ou José Joaquim da Costa], sempre muito preocupado com os seus afazeres e negócios da inseparável carteira”*⁴⁵. Findas as eleições os resultados foram elucidativos: o Visconde de Santa Luzia obteve 324 votos contra os 1810 votos de Bernardes⁴⁶. A eleição estava novamente perdida.

Já no rescaldo da eleição, o Visconde Santa Luzia dava uma explicação final, não sobre as eleições em si, mas sobre a inclusão de José Martins da Costa na sua lista. Escrevia o Visconde ao *“Imparcial”* a seguinte carta: *“Na eleição municipal a que ultimamente se procedeu, figurou o meu nome numa lista conjuntamente com o Sr. José Martins da Costa, mas devo dizer que, se o nome do referido José Martins da Costa figurou ali também, foi isto devido a iniciativa só minha, e esta procedeu de me haver pedido o Sr. António Joaquim de Melo (...) para eu incluir na lista o mencionado Sr. José Martins da Costa, o qual, falando depois comigo, pediu-me directamente para que o seu nome figurasse na lista caso o meu entrasse nela. Eis as razões porque tal nome apareceu em cena, apesar da repugnância que nisso me mostraram ter alguns dos meus amigos os quais acederam só depois de muitas instâncias minhas e de lhe afixar a lealdade do Sr. José Martins da Costa”*⁴⁷. Este apoio algo inusitado pode ter resultado da amizade entre Santa Luzia e Martins da Costa, que pode ser atestada por uma pequena notícia *“das Salas”* datada de 1876⁴⁸. De qualquer das formas, com uma vida dividida entre Lisboa e Guimarães, o Visconde de Santa Luzia não voltaria à política local até 1885, altura do conflito entre Braga e Guimarães, sendo esta a sua última intervenção política conhecida. A questão ficava assim encerrada.

⁴⁴ *Imparcial* de 21.05.1875.

⁴⁵ *Idem* de 11.06.1875.

⁴⁶ *Religião & Pátria* de 10.11.1875.

⁴⁷ *Imparcial* de 12.11.1875.

⁴⁸ Jornal de Guimarães de 26.06.1876: *“Partiram para Lisboa a fim de assistirem aos festejos em honra do Príncipe de Gales os Excm. Visconde de Santa Luzia, José Martins de Queiroz [Montenegro de Minotes], José Pinto do Amaral e esposa e João de Oliveira Basto”*.

Finalmente em 1877 dá-se a última grande luta entre as duas facções que disputavam o poder em Guimarães. Através de uma carta de recomendação do Ministro Barros e Cunha, trazida pelo Dr. Costa Lemos, o Conde de Vila Pouca, figura maior da fidalguia local, decide assumir uma candidatura à Câmara e fundar um “*centro progressista em Guimarães*”. A lista encabeçada pelo Conde de Vila Pouca era manifestamente má⁴⁹, tendo em conta a forma como as eleições se ganhavam naquela época, em que o voto era “*sobretudo a expressão de um vínculo clientelista ou de deferência pessoal*”⁵⁰. Para além de Vila Pouca, estava na lista António Mendes Ribeiro, o Bacharel Rodrigo de Freitas Portugal e dois jovens promissores e talentosos que, na época, não passavam disso. Refiro-me a Domingos Leite de Castro, referido pelo “*Imparcial*” como “*simpático mancebo (...) filho do ilustrado e conhecido Dr. António Leite de Castro*” e a Dinis da Costa Santiago “*mancebo inteligente dotado de ideias progressistas*”⁵¹. A esta lista juntava-se ainda Manuel José de Almeida Guimarães (proprietário e ex-comerciante). Contra esta lista concorria o próprio Conde de Margaride, o Dr. Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto, José de Castro Sampaio, José Ferreira de Abreu, Francisco da Costa Sampaio e Castro e José Joaquim da Costa.

Como seria de esperar a lista encabeçada pelo Conde de Margaride venceu as eleições e a Casa de Vila Pouca, cuja proeminência na política local remontava pelo menos à primeira metade do século XVIII, seria definitivamente afastada dos destinos políticos da cidade.

No fim das eleições as acusações repartem-se. O “*Religião & Pátria*” fala nas atrozidades cometidas, que tinham resultado de ameaças já referidas pelo mesmo jornal⁵². E o “*Imparcial*” refere uma compra de votos: “*o dinheiro distribuiu-se sem escrúpulos, acompanhado de promessas lisonjeiras que nunca serão cumpridas*”⁵³.

Pouco tempo depois, em 1879, o Conde de Vila Pouca sofre o último golpe de misericórdia que o levaria a abandonar durante algum tempo a cidade de Guimarães. O governo regenerador tinha caído, Pindella (que entretanto tinha passado para o Partido Progressista) era nomeado Governador Civil de Braga e nomeava Administrador do Concelho Rodrigo Portugal, homem da sua confiança política. É neste contexto de alguma tensão política que “*uma noite em que a exma. senhora Viscondessa de Lindoso, senhora religiosamente caritativa, passou em Vila Pouca, contou-lhe d’alguns casos desgraçados da sua vizinhança. Não foi preciso mais nada. No dia seguinte aparecia um convite no Imparcial para se tratar em sua casa da organização de uma sopa económica. A esse tempo era ele já presidente do centro progressista. O seu convite foi atribuído a uma exploração política da caridade. As peripécias que se seguem são conhecidas. O Conde retirou-se desgostoso para o Porto*”⁵⁴. Ao sair de Guimarães, Vila Pouca deixava órfãs as velhas casas aristocráticas (Casas de Lindoso, e do Proposto) que lideravam os progressistas locais. Algum tempo depois o Conde regressaria à vida pública vimaranense, tendo sido um dos beneméritos da Sociedade Martins Sarmento, mas, pelos motivos acima referidos e pela sua frágil saúde, não voltaria a disputar mais nenhuma eleição.

4.3. Economia, vida social e associativa na década de 1870: as concretizações mais importantes

Apesar do clima de tensão política vivido em Guimarães durante a década de 70, o concelho registou progressos dignos de nota. O regresso de Fontes Pereira de Melo aliado a uma conjuntura internacional favorável “*fizeram com que os capitais tornassem a abundar*”⁵⁵ e, num concelho já fortemente industrializado (ainda que com uma

⁴⁹ Uma boa parte dos candidatos desta lista não possuía terras e/ou capacidade de influência nas zonas com mais eleitores do concelho.

⁵⁰ Tavares de Almeida, Pedro *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991 pg. 119.

⁵¹ *Imparcial* de 20.11.1877.

⁵² *Religião & Pátria* de 24.11.1877

⁵³ *Imparcial* de 27.11.1877

⁵⁴ Castro, Domingos Leite de *Os nossos sócios honorários – Rodrigo de Sousa e Silva Alcoforado, 2º Conde de Villa Pouca* in Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1884 n.º1 pp. 81 – 91.

⁵⁵ Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Alfragide, Texto Editora, 2010. pp. 95-96.

indústria dispersa por pequenas unidades fabris), surgiram condições para a criação de novas empresas, constituídas de forma pouco habitual na Guimarães de então. Na indústria pontificavam os curtumes, liderados pelo Comendador Cristóvão José Fernandes da Silva (*“o Cidade”*), industrial rico e conceituado, vencedor de várias medalhas nas exposições industriais das quais se destaca a *“Medalha de Cobre na Exposição Industrial de Londres em 1851”*⁵⁶. Na agricultura, entre os diversos proprietários que se dedicavam com algum sucesso a esta actividade, merece destaque o Conde de Vila Pouca, grande proprietário e agricultor, que em 1872 obtém a medalha de Bronze na Exposição de Lyon (Vinhos)⁵⁷. A esta forma de cosmopolita de estar nos negócios, que, um pouco por toda a Europa, ia influenciando a indústria⁵⁸ (e permitindo maior competição e inovação), a Guimarães, pela década de 70, chegava um conjunto de *“brasileiros de torna viagem”* que teriam um grande impacto na economia local. De um conjunto alargado de nomes⁵⁹ merece destaque o de Fortunato Jorge Guimarães Barateiro, que em 1873 é um dos principais accionistas do Banco de Guimarães e em 1875 é também o impulsionador do Banco Comercial de Guimarães. Estas duas casas bancárias representavam uma oportunidade de investimento e uma fonte de emprego para a elite local e, cumprindo a sua missão, teriam capacidade suficiente para avalizar as novas empresas que então surgiam. Para além da banca que se estreava em Guimarães, surgiram neste período, como uma esperança para o desenvolvimento local, a Companhia dos Banhos de Vizela (que tinha por principal accionista o Conde de Margaride e como Director António José Ferreira Caldas)⁶⁰ com o objectivo de dotar Vizela de um estabelecimento termal de primeira categoria, e a Minho District Railway Company Limited, que teria por missão assegurar a ligação ferroviária entre Bougado e Guimarães (esta companhia de capitais anglo-lusos viria a falir, ou a ser incorporada na Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães, com pesados prejuízos para os seus accionistas)⁶¹. Durante este período a febre da iniciativa privada era tão grande que se chegou a criar uma *“Bolsa de Guimarães”* (que, ao que parece, não durou muito tempo),

Para além da vida empresarial, conseguem-se, finalmente, alguns *“melhoramentos materiais”*. É na década de 70 que se abrem, prolongam e arranjam as ruas de Paio Galvão e de Gil Vicente (expandindo a cidade), que se inaugura o *“Passeio Público”* (no Toural), elemento urbano fundamental no século XIX (até então os jardins do extinto Convento de São Domingos eram usados como *“passeio público”*) e é também inaugurado o Cemitério Municipal (em 1879). Por esta altura é também feita uma grande obra na Ordem de São Francisco para a instituição e melhoramento do seu Hospital. São ainda abertas estradas para São Torcato e Póvoa de Lanhoso e iniciados os melhoramentos nas termas das Taipas (em 1875).

Na vida associativa vemos surgir na década de 70 a Associação Clerical Vimaranesense, de pendor mutualista mas que surge no contexto da reacção anticlerical vivida em Portugal por essa altura (teve por um dos seus principais objectivos a instituição de uma biblioteca pública). Entre o mutualismo e a Banca surge em 1871 o Montepio Comercial Vimaranesense, que embora tivesse durado alguns anos nunca teve grande expressão na cidade. No campo da assistência surge o Instituto para Surdos Mudos, um dos primeiros do género em Portugal, fundado pelo Padre Aguilar. Em 1877 é fundada Associação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães que visava substituir o anacrónico corpo municipal de Bombeiros (que não era mais que uma reminiscência de finais de século XVIII/ inícios do século XIX, altura em que este corpo era verdadeiramente militar, tendo por Comandante o General da Província).

⁵⁶ Pinto, Elisabete de Sousa, *O Cidade: notas para um esboço biográfico de Cristóvão José Fernandes da Silva*, in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães IV Série, Vol. II, 2003, pp.140-158.

⁵⁷ *Religião & Pátria* de 20.11.1872.

⁵⁸ Giedion, Sigfried, *Space, Time and Architecture – the growth of a new tradition*, Cambridge, Harvard University Press, 1954, p. 275

⁵⁹ Foram vários os *“brasileiros”* que se estabeleceram em Guimarães nesta época. Nomes como os de Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, do Comendador Dias de Castro ou do Comendador António Araújo Fernandes Guimarães marcaram a sociedade vimaranense de então.

⁶⁰ Ver anexo 3.

⁶¹ Idem.

A estabilidade política local, bem como a conjuntura nacional e internacional, tinham permitido que Guimarães materializasse alguns dos seus projectos mais ambiciosos ainda na década 70. Os anos que se seguiriam viriam a mudar o rosto de Guimarães e a deixar na cidade uma marcas urbanísticas e sociais que ainda hoje a caracterizam.

5. AS GRANDES MUDANÇAS (1880 – 1897)

Em 1880 o poder dos regeneradores vimaranenses estava completamente consolidado. Na política local a Câmara estava entregue ao Dr. António Coelho da Mota Prego que exerceu o poder sem interrupções sensivelmente entre 1879 e 1885. Houve apenas um perigo a ameaçar o poder regenerador: o aparecimento em 1882 de um núcleo vimaranense da União Católica Portuguesa, liderada pelo Padre Senna de Freitas, conhecido e respeitado intelectual, que, contudo, não conseguiu levar a bom porto os seus intentos.⁶²

Em Guimarães, durante este período e nos anos que se seguiram, dão-se alguns acontecimentos que ficariam na memória dos vimaranenses durante largos anos e que contribuiriam para o reforçar de uma identidade que, por natureza, era já muito vincada.

A 10 de Junho de 1880, tal como aconteceu um pouco por todo o país, é celebrado com pompa e circunstância o tricentenário do nascimento de Camões, tendo uma comissão organizado os festejos que animaram a cidade por aqueles dias⁶³. Como consequência da homenagem prestada pela cidade ao poeta a Rua Nova das Oliveiras passaria a denominar-se Rua de Camões.

O dia 1 Outubro de 1880 é outra data a fixar para a história de Guimarães, pois nesse dia dá-se uma visita de intelectuais portugueses e estrangeiros à Citânia de Briteiros, onde figuram nomes como os de Andrade Corvo, do historiador Émile Cartailhac, de Henri Martin (o celebrado autor de *“Histoire de France”*), Rudolph Virchow (famoso antropólogo e político), o cientista Langerhans (cientista alemão que descobriu as “células de Langerhans”), entre muitos outros. A visita de tais personalidades a Guimarães foi a coroação de Francisco Martins Sarmiento enquanto arqueólogo e o reconhecimento de anos de trabalho. Mas para Guimarães a ocasião teve importantes consequências. Os amigos vimaranenses de Sarmiento decidem que é também a altura indicada para prestar a devida homenagem ao sábio vimaranense e, para o efeito, instituem, em 1881, a Sociedade Martins Sarmiento. Contudo a Sociedade Martins Sarmiento foi muito mais do que um tributo a Martins Sarmiento e a sua actividade marcaria de fortemente as últimas décadas do século XIX em Guimarães.

A Sociedade Martins Sarmiento (SMS) nasce dentro de um espírito de pluralidade política (para o comprovar bastará referir que o progressista Domingos Leite de Castro e o regenerador Avelino da Silva Guimarães foram dois dos seus cinco instituidores)⁶⁴ e tem por objectivo, para além de homenagear Sarmiento, promover o *“desenvolvimento da instrução primária, secundária ou profissional”*⁶⁵ (preocupação que se tornava comum na sociedade portuguesa de então). Mas cedo se percebe que a SMS vai muito além daquilo a que se propõe e que a sua capacidade de intervenção cívica parece ter sido a solução para muitos dos problemas que então afectavam Guimarães. É a partir da Sociedade Martins Sarmiento que finalmente se cria uma Biblioteca Pública funcional, é

⁶² De acordo com o Religião & Pátria de 01.04.1882 o núcleo vimaranense da União Católica ficou constituído pelos seguintes elementos : Presidente: Padre Senna de Freitas; Secretário: João Pinto de Queiroz (dono do Religião e Pátria); Tesoureiro: Domingos José Ribeiro Guimarães (negociante e Vereador em 1890). Vogais: Manuel Bernardino de Araújo e Abreu (ex Adm. do Concelho e um dos 40 Maiores Contribuintes), Padre Sebastião da Costa Vieira Leite e João Joaquim de Oliveira Bastos (Notário e genro de um dos 40 Maiores Contribuintes). O Conde de Lindoso terá sido convidado a chefiar o partido mas recusou. Este núcleo durou pouco tempo, tendo acabado por se dissolver.

⁶³ De acordo com Morais, Maria Adelaide Pereira de, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Ed. Autor, 1998 a Comissão organizadora era composta pelas seguintes pessoas: Conde de Margaride, Conde de Vila Pouca, Barão de Pombeiro, Francisco Martins Gouveia de Morais Sarmiento, Padre António José [Ferreira Caldas], Manuel de Castro Sampaio, José Martins de Queiroz Minotes, José do Amaral Ferreira, António Augusto da Silva Carneiro, José Joaquim de Oliveira [Bastos], Alfredo Soares Carneiro, António Augusto da Silva Caldas, José de Castro Sampaio, José Miguel da Costa Guimarães e João Pinto de Queiroz.

⁶⁴ A “Acta de Instalação” é assinada por Domingos José da Silva Júnior, Domingos Leite de Castro, Avelino Germano da Costa Freitas, José da Cunha Sampaio e Avelino da Silva Guimarães.

⁶⁵ http://www.csarmiento.uminho.pt/sms_1_acta.asp

lá que se discute e resolve a questão da “instrução popular” com a criação da Escola Industrial e é na sua “*Revista de Guimarães*”, que Alberto Sampaio responde à seguinte pergunta: “*Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?*”⁶⁶. A resposta já tinha sido dada quinze anos antes pelo Dr. Avelino da Silva Guimarães e, de repente, a cidade mobiliza-se em torno da Exposição Industrial de 1884, que tem lugar no Palácio de Vila Flor. Todas as indústrias se encontram representadas e o evento deixa marcas que cedo se fariam sentir. Nesse mesmo ano de 1884 a Companhia de Caminhos de Ferro de Guimarães cumpre o seu propósito e faz chegar o comboio à cidade. Quase como “resposta” à Exposição Industrial de Guimarães o acreditado e importante comerciante António da Costa Guimarães constrói em 1885 a moderna “*Fábrica do Castanheiro*” (já funcionava em 1886), considerada uma das primeiras empresas têxteis portuguesas a trabalhar com teares mecânicos. Alguns anos depois surge a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, fundada em 1890, com capital superior a trezentos contos disperso por diversos accionistas. Teve como principal impulsionador o Visconde de Sendelo e um grupo inicial de accionistas/fundadores⁶⁷. Guimarães parecia estar a conseguir renovar o seu tecido empresarial e novos empreendimentos semelhantes (quer de “modelo” familiar quer de sociedades anónimas ou por quotas) iriam florescer nos anos que se seguiriam. Esta bem sucedida modernização da indústria poderá, inclusive, ter contribuído para uma diminuição da emigração nas freguesias mais industrializadas do concelho de Guimarães, numa altura que a tendência regional e nacional apontava em sentido inverso.⁶⁸ É ainda de referir que, nesta época, as viagens de industriais ao estrangeiro (para visitar as exposições industriais) eram relativamente comuns, o que terá tido um impacto enorme na sociedade e na indústria vimaranense de então.

Numa cidade que fervilhava com novas concretizações e projectos inovadores chega em 1882 uma proposta algo invulgar. Por iniciativa de João Alves Pereira Guimarães (um vimaranense residente no Rio de Janeiro), a que não foi alheia a influência do Comendador João Dias de Castro, é sugerido que se erga em Guimarães uma estátua a D. Afonso Henriques. Na carta que Pereira Guimarães escreve à Câmara Municipal de Guimarães para dar início ao projecto, tece as seguintes considerações: “*Se a estrada de ferro [comboio] vai dar importância a Guimarães, minha terra natal, a estátua ao seu dilecto D. Afonso Henriques, moralmente, vai dar-lhe honrarias e progresso civilizador*”⁶⁹. O capital necessário para a obra foi angariado junto de largas centenas (talvez milhares) de subscritores brasileiros e portugueses que se reviam na ideia. Em Guimarães é criada uma Comissão politicamente transversal que, ao longo de alguns anos, gere o processo. O escultor Soares dos Reis é encarregado do projecto que leva a bom porto. Em 1887, com a presença do Rei D. Carlos e de milhares de pessoas era inaugurada a estátua a D. Afonso Henriques, um dos principais elementos simbólicos da cidade.

5.1. O quotidiano vimaranense (1880–1901):

Não é possível escrever sobre uma cidade sem tentar perceber o seu quotidiano, especialmente se a alguns aspectos quase imutáveis se juntarem grandes transformações. A chegada do comboio em 1884 é um bom exemplo de uma cidade que estava em mudança. Pela leitura dos jornais de então percebe-se que há um maior movimento na cidade de pessoas e de mercadorias. Num outro contexto podemos referir que as visitas de recreio

⁶⁶ Sampaio, Alberto, *Resposta a uma pergunta – Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?* in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1884 n.º1 pp. 25–34.

⁶⁷ Ver anexo 3.

⁶⁸ Scott, Ana Silvia Volpi, *Alternativas locais à Emigração para o Brasil nos Finais do Século XIX* in *Revista Brasileira de Estudos de População*, V. 19 Jan./Jun 2002.

⁶⁹ Oliveira, Manuel Alves de, *O centenário de uma estátua e a sua história*. in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Vol. XXXVIII, 1987, p. 1-23

das classes mais abastadas a outros pontos do país e até ao estrangeiro começam a tornar-se mais frequentes⁷⁰. Também chegam à cidade e fixam por aqui residência alguns técnicos e professores estrangeiros atraídos por uma indústria local que florescia e pela nova Escola Industrial, onde eram convidados a leccionar.

Na leitura das colunas do “*High Life*” ou do “*Boletim das Salas*” percebe-se que a vida das camadas mais altas da sociedade passava pelas “*soirées*” e “*lunches*” na “*Assembleia*” ou no “*Clube Comercial*”, bem como nas casas das classes altas ou médias/altas de então⁷¹. No Verão a elite local deslocava-se para as Caldas do Gerês, Vizela e Taipas ou para as praias da Póvoa de Varzim e Vila do Conde. Na cidade de Guimarães as horas de ócio da classe média eram passadas no Passeio Público, no Teatro ou pelos coretos a ouvir as bandas regimentais a tocar. O Carnaval era também um dos pontos altos do ano, com “*soirées mascaradas*” na “*Assembleia*”, no “*Teatro Afonso Henriques*”, no “*Clube Comercial*” e em diversas casas particulares. As manifestações religiosas, para além da sua componente espiritual, eram também formas marcantes da sociabilidade local. É por esta altura que se começa a tratar do aformoseamento da Penha (a montanha/santuário da cidade) e nas décadas que se seguiriam as peregrinações e passeios à montanha tornaram-se uma constante.

Com a praça do Toural como coração da cidade, é natural que muitos dos estabelecimentos que serviam de ponto de encontro aos vimaranenses de então se situassem naquele largo ou nas suas imediações. As memórias que se escreveram sobre este período remetem-nos para espaços como a “*Casa Feliz*” do Comendador Miranda, a de Luiz Gonçalves Basto, o “*Botequim do Vago-Mestre*” (propriedade de José Joaquim da Costa e um dos principais pontos de reunião e de decisão de todo o século XIX vimaranense), a loja dos Castro Sampaio (de João de Castro Sampaio), a “*Casa Vargas*” (de Domingos Martins Fernandes), a “*Casa Havaneza*” (da família Pinheiro e dentro da qual o Comendador João Dias de Castro fez a defesa da estátua a D. Afonso Henriques), a “*Loja do Leque*”, todas elas situadas no Toural. Bem perto, na rua Paio Galvão a relojoaria Jácome, na Porta da Vila, o Café Fernandes e a Livraria-Tabacaria Lemos, em São Dâmaso a Livraria Internacional, entre muitos outros.

Com estas formas de sociabilidade e vivências do quotidiano das classes mais altas, contrastava a miséria absoluta⁷² dos pobres e remediados, dependentes das primeiras no trabalho, nas sopas económicas e nouro tipo de ajudas com que se tentava solucionar a fome que então grassava um pouco por todo Minho.

⁷⁰ Religião & Pátria de 28.08.1887: “*Já chegaram a esta cidade os cavalheiros que tinham ido a Madrid assistir as festas de Santo Isidro*”.

Comércio de Guimarães de 7.10.1889: “*Da Torre Eiffel O Snr. Dr. Eduardo de Carvalho, digno delegado desta comarca, escreveu para um amigo desta cidade o seguinte bilheteinho (...)*”.

Religião & Pátria de 12.10.1889: “*Pelo correio recebemos o seguinte postal: Snr redactor (...) do alto deste grandioso monumento a que Mr. Eiffel deu o seu glorioso nome saudamos os nosso conterrâneos na pessoa de V. – J. Minotes e Luiz Martins*” [de notar que dadas as profissões do Dr. Eduardo de Carvalho, delegado, e de J. Minotes, proprietário e Luís Martins, proprietário e diplomata esta viagem a Paris no ano da exposição industrial deve ser encarada como uma viagem de recreio e não como uma viagem profissional, como fizeram diversos industriais vimaranenses por esta ocasião]

Comércio de Guimarães de 15.05.1900: “*Tomaram parte na noticiada peregrinação à cidade histórica [de Roma] as seguintes snras.: D. Francisca Braancamp, D. Henriqueta de Melo Sampaio (Pombeiro) e os cavalheiros snrs.: Henrique Cardozo de Menezes, Cónego Bacelar, Rvdos. Lima e Ramos, Abade de Tagilde e o sr. João de Oliveira Bastos*”

Comércio de Guimarães de 15.06.1900: “*Chegaram do estrangeiro os últimos dos nossos peregrinos que, depois de visitarem Roma tinham alargado o seu passeio por cidades vizinhas terminando alguns em Paris. Entre outros chegaram os snrs. Prior do Souto, Abade de Tagilde, Pe. Francisco de Lima, João de Oliveira Bastos e família do sr. Barão de Pombeiro*”.

⁷¹ Temos notícia de bailes, jantares e almoços oferecidos nas casas de titulares como o Conde de Margaride, Conde de Vila Pouca, Conde da Azenha, Conde de Santa Luzia, Visconde do Paço de Nespereira, Visconde de Viamonte da Silveira, Visconde de Sendelo e nas casas de outros notáveis locais, como na do grande proprietário Manuel Joaquim Marques (em S. Cláudio de Barco), no palacete do Dr. Francisco Martins Sarmento, na casa do notário João de Oliveira Bastos, na casa do capitalista José Correia de Matos, na Casa de Simões (da família Pinto Coelho de Simões), na casa do comerciante Domingos Martins Fernandes, na do juiz António da Costa Santos, no palacete do capitalista “brasileiro” Serafim Antunes Guimarães, no palacete do capitalista Domingos de Souza Júnior, entre outras. As razões para estas celebrações eram variadas, mas o comemorar de um aniversário, festas de beneficência, a recepção a algum notável e as festas de Carnaval são, por regra, os motivos mais comuns. Estas celebrações demonstram a vitalidade cidadina e contradizem uma certa ideia de monotonia que tem vindo a ser associada a cidades de média dimensão. Deve ainda dizer-se que nas décadas 60 e 70 do século XIX, a juntar a algumas das casas já referidas, ficaram célebres as festas e concertos oferecidos pelo “fidalgão do Toural”, João Vaz Vieira de Melo e Nápoles na sua “Casa do Toural” (hipotecada em 1878 pelo Banco de Guimarães e posteriormente comprada e dividida pelos acima mencionados João de Oliveira Bastos e Domingos Martins Fernandes).

⁷² Diz-nos João de Meira o seguinte sobre a miséria que então grassava em Guimarães:

“*O povo, esse, hontem como hoje, sempre passou a vida rilhando cõdeas muitas vezes engeitadas pelos cães e, de carne, sabendo apenas que ha um homem chamado carnicheiro, que a vende em lojas que se chamam talhos*” e acrescenta a “*pellagra é a dia these da miséria, como o arthritismo é o mal da fartura. O Minho é em Portugal a terra da pellagra, porque é uma região maldita, onde um trabalhador do campo ganha um tostão por dia, e onde um kilo da carne mais infima, sulcada de veias e retalhos de tendão, custa entre dez e treze vinténs*” Ver Meira, João de, *O Concelho de Guimarães*, Typographia a Vapor da Empreza Cuedes, Porto, 1907. pp. 127-131.

As romarias, procissões e as festas populares preenchem o quotidiano dos trabalhadores rurais e dos artífices (prestes a verem-se a si mesmos como operários)⁷³. As feiras e mercados eram o seu local de sociabilidade por excelência. Uma leitura atenta dos jornais da época mostra um considerável grau de conflitualidade nas zonas mais pobres da cidade a preencher o quotidiano (há inúmeras notícias relativas a espancamentos e “desordens” de natureza variada). Alguns tumultos nas feiras e mercados acontecem ocasionalmente (por vezes relacionados com a escassez ou com o preço excessivo dos bens alimentares).

Apesar de tudo, situações como as verificadas no tempo da “*Maria da Fonte*” ou da “*Maria Bernarda*” não voltariam a acontecer tão cedo e o dia-a-dia da cidade era relativamente pacato.

As visitas régias e outros grandes acontecimentos que faziam vibrar a cidade (como por exemplo as festas dos estudantes a S. Nicolau ou “*Nicolinas*” ou a inauguração da estátua a D. Afonso Henriques com a presença do Rei D. Carlos) juntavam milhares de pessoas nas ruas e transformavam-se em momentos de diversão e celebração colectiva.

5.2. O conflito entre Guimarães e Braga: uma nova batalha de uma velha guerra. Consequências na política local.

A perturbar um quotidiano por regra tranquilo surge entre 1885 e 1886 aquela que poderá ser considerada a questão política mais marcante para Guimarães na segunda metade do século XIX. É sabido que a rivalidade entre Guimarães e Braga remonta à Idade Média e que vários episódios contribuíram para que tal fenómeno fosse sobrevivendo à voragem dos tempos e às mudanças sociais. Não interessa aqui escarpelizar a questão, mas o facto de duas cidades independentes com uma identidade tão própria e tão vincada terem os seus centros separados por 15km poderá explicar a situação.

O conflito de 1885/86 resulta de uma agressão infligida por “*populares*” de Braga, ao Conde de Margaride, a José Martins de Minotes e ao Dr. Joaquim José de Meira, Procuradores (por Guimarães) à Junta Geral do Distrito (onde se tratavam diversas questões, nomeadamente de natureza orçamental). Os procuradores vimaranenses tinham dúvidas quanto à atribuição de mais verbas ao Liceu de Braga (para a criação de novos cursos e cadeiras) o que gerou uma enorme insatisfação em Braga. Na cabeça dos procuradores vimaranenses estariam certamente questões de natureza burocrática e legal relativas à atribuição das verbas. Mas também estava em causa o facto de Guimarães, um dos concelhos mais populosos e produtivos do Distrito, querer ver o seu ensino melhorado (os alunos de Guimarães, bem como os do resto do Distrito, eram forçados a cursar no Liceu de Braga). Como é lógico Braga não podia perder a exclusividade do Liceu (ou de cadeiras complementares), pois a existência de um estabelecimento de ensino daquela natureza tinha um peso enorme na economia local. Anos antes do conflito, em 1880, o Deputado eleito por Braga Manuel Joaquim Penha Fortuna falava assim, a propósito do Liceu de Braga, na Câmara dos Senhores Deputados: “*V. exa. sabe que quando esses liceus são frequentados, essa frequência traduz-se necessariamente em grandíssimo benefício para muitas famílias, para o comércio e para muitas indústrias. É o que acontece na cidade de Braga. Há ali muitas e muitas famílias, que vivem e se sustentam exclusivamente de ter estudantes em casa. O comércio tira também grande proveito da concorrência de alunos que ali vêm procurar a instrução. É uma questão da maior importância: é uma questão vital para aquela cidade.*”⁷⁴.

Para Guimarães toda esta questão, especialmente a humilhação sofrida pelos três Procuradores à Junta Geral do Distrito, era também uma questão vital. Mal a notícia chega a Guimarães, o Visconde de Santa Luzia, o

⁷³ Em 1891 é inaugurada a Associação de Classe dos Curtidores e Surradores (apesar dos conflitos que viriam a surgir mais tarde, estas associações eram organizadas com o apoio das famílias mais ricas e mais instruídas). Em 1901 surge um jornal (número único) intitulado “A Fraternidade Operária”.

⁷⁴ Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa de 17-03-1880, pp. 935 a 964

Barão de Pombeiro, Gaspar Lobo de Sousa Machado (futuro 1º Visconde do Paço de Nespereira) e Francisco Agra arregimentam os vimaranenses para um veemente protesto. Francisco Agra e os restantes regeneradores locais tinham feito de João Franco Deputado e, quando se dá este conflito, Franco não esquece quem representa e defende Guimarães. A estes nomes junta-se uma comissão heterogénea de vimaranenses, onde se encontravam regeneradores, independentes e progressistas. Os jornais pediam a desanexação de Guimarães do Distrito de Braga e os “meetings” sucediam-se na Associação Artística, Sociedade Martins Sarmiento, Teatro Afonso Henriques, etc. Um dos mais importantes é o jantar com 150 pessoas oferecido pela Associação Comercial no Palácio de Vila Flor e que conta com a presença de João Franco. Pela mesma altura Francisco Agra oferece um jantar a Franco, em Vizela, onde se encontravam algumas notabilidades locais⁷⁵. Na véspera o Conde de Margaride tinha oferecido uma “soirée” a João Franco que teve lugar na Casa do Carmo.

A agitação política durou vários meses, mas em 1886 Guimarães divide-se, pois os progressistas vimaranenses retiram-se da “comissão” instalada para defender os interesses de Guimarães. Entendiam os progressistas que a questão devia terminar, já que o governo tinha feito certas promessas que, em parte, satisfaziam os interesses vimaranenses. Tinham alguma razão pois mesmo os regeneradores vimaranenses estavam de acordo com os progressistas nessa matéria e plenamente convencidos que o Governo não tinha força para fazer uma reforma administrativa (que permitisse a desanexação do concelho ou a criação de um distrito autónomo). Contudo, não queriam ceder até porque João Franco apoiava as suas pretensões e havia uma réstia de esperança. Se é verdade que a revolta de ambos os lados era genuína não há dúvida que os regeneradores locais conseguiram tirar algum proveito político da questão.

No meio desta guerra esteve também o Visconde de Pindella, entretanto convertido ao Partido Progressista e a residente em Braga. Terá tentado moderar o conflito, mas não só nada conseguiu como, daí em diante, passou a ser mal visto em Guimarães. Os vimaranenses, politicamente mobilizados pelos regeneradores, não queriam meias medidas. Queriam ver todas as suas exigências satisfeitas, e por essa altura, é bordada pelas “damas vimaranenses” uma bandeira com o seguinte lema: “Antes quebrar que torcer”. O grande desejo de uma boa parte dos vimaranenses, a desanexação efectiva do concelho de Guimarães do Distrito de Braga (tornando-se um distrito autónomo ou unindo-se ao do Porto), não seria satisfeito.⁷⁶ Guimarães ganhava autonomia em relação a Braga, mas não mais do que isso.

5.3. As consequências do conflito no futuro de Guimarães: o erro dos progressistas num período de afirmação da cidade

De 1886 a 1890 o Governo esteve nas mãos de José Luciano de Castro e do Partido Progressista. Não era invulgar que, nas eleições locais, ganhasse o partido afecto à “autoridade”, isto é ao Governo (e ao partido que então estivesse no poder). Tal acontecia porque as eleições eram vencidas através do caciquismo e com recurso a certas promessas. Se os caciques locais mobilizavam as massas pelo seu prestígio pessoal e através de relações de poder que condicionavam o eleitorado, por vezes viam-se forçados a fazer promessas de natureza variada.⁷⁷ Ora muitas

⁷⁵ Comércio de Guimarães de 10.12.1885: Foi “oferecido no Hotel Cruzeiro do Sul pelo Sr. Francisco Ribeiro Martins da Costa, um magnifico jantar a que assistiram os seguintes cavalheiros que acompanharam o deputado naquela digressão: Snrs. Conde de Margaride, Barão de Pombeiro, António Peixoto de Mattos Chaves, José Ferreira de Abreu, António Dias de Castro, Eduardo de Almeida, Dr. António da Motta Prego, Dr. José Coelho da Motta Prego, Drs José e Alberto Sampaio, António Augusto da Silva Carneiro, Manuel e José de Castro Sampaio, Domingos Leite de Castro, José Ribeiro Martins da Costa, Artur Alberto de Campos Henriques, Adolfo Salazar, Dr. António Augusto da Costa Santos, Dr. Augusto Freire de Andrade, Dr. Avelino da Silva Guimarães, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, Dr. Joaquim José de Meira, Domingos José Ferreira Júnior, Dr. João Ferreira Guimarães, Dr. Eugénio da Costa Vaz Vieira, Padre João Gomes de Oliveira Guimarães, José do Amaral Ferreira, João de Oliveira Bastos, José Joaquim de Oliveira [Bastos], António Augusto Vaz Vieira, Dr. Luís Martins [de Menezes], Dr. [José Vieira] de Andrade, Inácio de Menezes, Dr. Domingos Meireles, Dinis [da Costa] Santiago, Major Infante e Visconde Silva Carvalho”

⁷⁶ Todos os acontecimentos descritos no último parágrafo foram retirados de: Oliveira, Manuel Alves de, *Um motim de há 100 anos – Entre Braga e Guimarães* in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Vol. XXXI, 1985.

⁷⁷ A dependência do poder central para o cumprimento das referidas “promessas” deverá ter aumentado com as reformas às leis eleitorais de 1884/86 de pendor mais centralista.

dessas promessas estavam, não raras vezes, relacionadas com factores que os caciques locais não controlavam directamente, como por exemplo a obtenção de isenções para o serviço militar, de empregos no Estado, de veneras, comendas e títulos, entre outros. Por isso seria de esperar que, nas eleições de 1887 e de 1889 o Partido Progressista local conseguisse resultados aceitáveis. Contudo tal não aconteceu. Por esses anos a popularidade do Conde de Margaride era altíssima. Em 1887 a Casa do Carmo voltava a acolher a Família Real, por ocasião da inauguração da Estátua de D. Afonso Henriques, a que assistiram milhares de pessoas⁷⁸, João Franco, o herói do conflito “*Brácaro-Vimaranense*”, aparecia em Guimarães durante as campanhas eleitorais e muitas das grandes concretizações políticas e sociais dos últimos anos tinham sido executadas pelos regeneradores locais com o apoio de Franco. Mas, acima de tudo, os progressistas não eram perdoados por terem ficado satisfeitos com as meias medidas propostas pelo seu governo (Progressista) durante o conflito do ano transacto. O Conde de Margaride voltava a ganhar as eleições, e a Câmara manter-se-ia “regeneradora” até 1898.

Em 1889 há novamente eleições e João Franco visita longamente Guimarães ficando na cidade sete dias que foram preenchidos por festejos e celebrações em honra do Deputado. Por essa ocasião há violência nas ruas e um grupo de progressistas é acusado de promover os tumultos. Franco é recebido por várias instituições, nomeadamente pela Sociedade Martins Sarmiento, onde é elevado a Sócio Honorário. Os progressistas, julgando que o seu correligionário Domingos Leite de Castro tinha proposto Franco para sócio honorário (na verdade tinha sido Mota Prego a fazer essa proposta)⁷⁹, quebram-lhe, durante a noite, os vidros de sua casa. Nessa mesma noite a casa de José Martins de Minotes teve o mesmo tratamento. A violência nas ruas é justificada pelos progressistas pelo facto dos franquistas terem gritado “*morras*” quando Franco, ao entrar na cidade, passou pela Casa do Proposto (propriedade do Visconde do Paço de Nespereira, um dos chefes progressistas) e de não suportarem os festejos consecutivos, que viam como uma afronta.⁸⁰ Por esta altura é também agredido pelos regeneradores um criado da Casa do Proposto. Viviam-se um clima de grande agitação um pouco por toda a cidade.

Sobre a violência na cidade há uma troca de acusações entre o periódico progressista “*Imparcial*” e os regeneradores do “*Religião & Pátria*”. Fica no ar a dúvida em relação a muito do que é escrito pelos dois periódicos. O que é facto é que os regeneradores voltariam, mais uma vez, a ganhar as eleições. Por esta ocasião começa a correr o boato que o Conde de Lindoso, na oposição desde 1872 e caudilho progressista desde a criação do primeiro centro progressista de Guimarães, ponderava demitir-se do centro e abandonar a vida política.

Durante os novos mandatos regeneradores, entre 1890 e 1898, Guimarães, apesar da enorme crise política e económica que se vivia a nível nacional (causada pelo Ultimato Britânico de 1890 e pela bancarrota de 1892) conseguira pelo menos seis importantes vitórias: a conservação do Regimento de Infantaria 20 em Guimarães, a abertura das Avenidas da Indústria e do Comércio (esta última ligando o Tournal à Estação de Caminhos de Ferro), a manutenção da Colegiada, a possibilidade dos exames de admissão ao Liceu serem feitos em Guimarães e a transformação do Seminário Liceu em Liceu Nacional (por decreto de Franco datado de 1896).

As grandes alterações sociais e urbanísticas conseguidas durante o período em análise moldaram Guimarães e a cidade que chega ao século XX, na sua já referida componente urbanística e social, mas também na sua dimensão simbólica e cultural, é, sem margem para dúvida, fruto dessas mudanças.

⁷⁸ Cardoso de Menezes, Luís P. Garcia e Ferreira de Passos, Álvaro, *As visitas régias à Casa do Carmo em Guimarães* in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Série III, Vol. II, 2013, pp. 142-148.

⁷⁹ Comércio de Guimarães de 25.11.1889.

⁸⁰ Religião & Pátria de 12.11.1889.

6. FINALMENTE O PODER: A ASCENSÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA

Entre 1897 e 1901 o Governo foi novamente progressista. E em Guimarães, no ano de 1899 e pela primeira vez em 28 anos, os progressistas ganhavam a Câmara. Da lista regeneradora derrotada, o nome mais sonante era o do Dr. Joaquim José de Meira (que viria a ser Presidente da Câmara em 1902 pelo partido de João Franco, o Partido Regenerador Liberal). O Marquês de Lindoso, a figura mais proeminente dos progressistas pelo menos desde 1875 morre em 1899, já não assistindo à ascensão do seu partido em Guimarães. O novo Presidente da Câmara, Dr. António Vieira de Andrade, um conceituado advogado, tinha algum passado na intervenção cívica local, estando ligado à direcção da Associação de Socorros Mútuos Vimaranense. Contudo, nos anos seguintes, a chefia do Partido Progressista local iria recair no Visconde do Paço de Nespereira e em João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde).

Como medida mais emblemática do mandato do Dr. Vieira de Andrade podemos referir a deliberação para iluminar a cidade com luz eléctrica⁸¹.

Começava assim o século XX em Guimarães

⁸¹ Meireles, Maria José Marinho de Queirós, *O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (Sec. XIX–XX) – Permanências e Alterações*, Braga, 2000, p. 594.

FONTES

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Alfragide, Texto Editora, 2010.

BRITO, FRANCISCO, *O Botequim do Vago-Mestre—Política e Sociedade na Guimarães oitocentista*, ASMAV, Guimarães, 2011.

BRAGA, Alberto Vieira, *Curiosidades de Guimarães*, in Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1956.

CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães Apontamentos para a sua História*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmento, 1996.

CARDOSO DE MENEZES, Luís P. Garcia e Ferreira de Passos, Álvaro, *As visitas régias à Casa do Carmo em Guimarães* in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Série III, Vol. II, 2013.

CASTRO, Domingos Leite de *Os nossos sócios honorários—Rodrigo de Sousa e Silva Alcoforado, 2º Conde de Villa Pouca* in Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1884.

FARIA, Rui, *Ascendência dos Araújo e Abreu Pinheiro Torres*, Abdul's Angels, Lisboa 2011.

FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal (1852/1926)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *GUIMARÃES “DUAS VILAS, UM SÓ POVO”. ESTUDO DE HISTÓRIA URBANA (1250-1389)*, CITCEM, Braga, 2011

GIEDION, Sigfried, *Space, Time and Architecture—the growth of a new tradition*, Cambridge, Harvard University Press, 1954.

KINNON, Anthony de Seife, *Guimarães século XIX de Vila a Cidade*, Guimarães Ed. Autor, 2006.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal Vol. III (2ª parte)*, Editorial Presença, Lisboa, 1997.

MATOSO, José, *História de Portugal vol. V*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993

MEIRA, João de, *O Concelho de Guimarães*, Typographia a Vapor da Empreza Guedes, Porto, 1907.

MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós, *O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (Sec. XIX—XX)—Permanências e Alterações*, Braga, 2000.

MENEZES, Macedo e Helena Cardoso e Morais, Maria Adelaide, *Genealogias Vimaranenses*, Braga, 1967

MORAIS, Maria Adelaide Pereira de, *140 anos do Lar de Santa Estefânia (1858—1998)*, Guimarães, Lar de Santa Estefânia, 1998.

MORAIS, Maria Adelaide Pereira de, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, Ed. Autor, 1998.

MORAIS, Maria Adelaide Pereira, *Velhas Casas de Guimarães Vol. I*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

MORAIS, Maria Adelaide Pereira, *Velhas Casas de Guimarães Vol. II*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

NEVES, António Amaro das, *A revolta da Maria Bernarda: motins populares no Minho (abril junho de 1862)*, in Boletim de Trabalhos Históricos IV 2003.

OLIVEIRA, Manuel Alves de, *O centenário de uma estátua e a sua história*. in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Vol. XXXVIII, 1987.

OLIVEIRA, Manuel Alves de, *Um motim de há 100 anos – Entre Braga e Guimarães* in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães Vol. XXXI, 1985.

PINTO, Elisabete de Sousa, *O Cidade: notas para um esboço biográfico de Cristovão José Fernandes da Silva*, in Boletim de Trabalhos Históricos, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães IV Série, Vol. II, 2003.

RAMOS, Rui História de Portugal Vol 6, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009

ROCHA, Raul, *Guimarães no século XX Vol I (1900-1940)*, Guimarães, Editorial O Povo de Guimarães, 2010.

SAMPAIO, Alberto, *Resposta a uma pergunta – Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?* in Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1884.

SCOTT, Ana Silvia Volpi, *Alternativas locais à Emigração para o Brasil nos Finais do Século XIX* in Revista Brasileira de Estudos de População, V. 19 Jan./Jun 2002.

TAVARES DE ALMEIDA, Pedro, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (HEMEROTECA DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO):

28 de Novembro

17 de Julho

Comércio de Guimarães

Ecco do Norte

Imparcial

Jornal de Guimarães

Religião & Pátria

Tesoura de Guimarães

Vimaranense

DOCUMENTOS (ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA):

Actas da Sociedade Patriótica Vimaranense (Cota: 10-9-6-8).

Documento contendo a genealogia dos Abreus da Torre de Candoso, familiares dos Costa Sampaio (Cota: 10-23-1-54-4).

Fundo Notarial – Nota relativa à exoneração de João António F. Guimarães do cargo de Tesoureiro da Câmara Municipal (Cota: N-2478 fl. 107-108)-

Inventário Orfanológico de António José Ferreira Caldas (Cota: M-149 nº3)

Inventário Orfanológico de António Ribeiro da Costa Sampaio (Cota: M-295 nº6)

Inventário Orfanológico de José Caetano da Silva (Cota antiga: C-7-1-154)

Libelo de Maria Máxima da Silva Ferreira Caldas (Cota: C-4-2-29)

Livros das Sessões de Vereação da Câmara Municipal de Guimarães (vários consultados em www.amap.com.pt/gisa; entre as datas extremas de 1853 e 1902).

Livros do Recenseamento Eleitoral (Cotas: 10-01-9-5; 10-10-09-06; 10-10-8-4; 10-10-9-1; 10-10-7-43; 10-10-7-44; 10-10-7-5; 10-10-7-3; 10-10-9-6; 10-10-9-3, entre outros).

OUTRAS FONTES:

Testemunho relativo à filiação de D. Grácia de Assunção (casada com o Notário José Joaquim de Oliveira Bastos), filha natural de José Joaquim Machado Ferraz, 1º Visconde e 1º Conde de Santa Luiza, transmitido pela sua neta, a Exma. Senhora D. Rosa Maria de Oliveira Menéres.

SITES CONSULTADOS:

Genealogias:

www.amap.com.pt/gisa (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta).

www.geneall.net (base de dados genealógica do Doutor Luís Amaral)

www.ghp.ics.uminho.pt (Grupo de História das Populações da Universidade do Minho).

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

www.parlamento.pt (consulta do “Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa”).

ANEXOS¹

COMPOSIÇÃO DOS EXECUTIVOS MUNICIPAIS (1853 – 1901)

Ano de 1853/54

João Machado Pinheiro de Melo	Presidente	Proprietário	Foi Governador Civil de Braga. Agraciado com o título de Visconde de Pindela em 1854
Francisco José de Azevedo Varela	Vereador		
José Furtado do Valle	Vereador	Proprietário e professor de Latim	Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
António do Espírito Santo	Vereador	Negociante e proprietário	
Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho	Vereador	Proprietário. Major	

Ano de 1855 (19.01)

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. João Machado de Melo e Castro	Presidente	Proprietário	
Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu	Vereador	Negociante	Cavaleiro da Ordem de Cristo
Dr. José Barbosa da Costa Lemos	Vereador	Advogado e proprietário	Foi eleito por duas vezes Deputado pelo círculo de Guimarães (1865-68 e 68-69)
João António da Silva Areias	Vereador	Negociante	
João António do Couto Gouveia Carreira	Vereador		
Dr. João Ferreira de Eça e Leiva	Vereador	Advogado	

Anos de 1856/58

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. João Carlos de Araújo Portugal	Presidente	Proprietário	
Dr. João António de Oliveira Cardoso	Vereador	Bacharel em Direito	Foi Presidente Interino. Foi Administrador do Concelho em 1846.
Dr. Rodrigo Machado da Silva Salazar	Vereador	Advogado. Proprietário.	Deputado às Cortes (1838).
Domingos António da Silva	Vereador	Negociante	
Custódio José Gomes	Vereador		
João de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	

¹ Os anexos que se juntam referem-se apenas às vereações relativas ao período em estudo e às instituições e empresas fundadas durante o referido período (1853-1901). O levantamento não é exaustivo no que diz respeito quer às instituições quer aos indivíduos.

Anos de 1858/61

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Visconde de Pindela	Presidente	Proprietário	Foi Governador Civil de Braga. Agraciado com o título de Visconde de Pindela em 1854
Francisco de Azevedo Varela	Vereador		
Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu	Vereador	Negociante e proprietário	
Dr. Luís Augusto Vieira	Vereador	Proprietário e bacharel em Direito.	Irmão do Barão de Paço Vieira. Administrador do Concelho (1862 e 67)
Pedro de Sousa Guedes de Aguiar	Vereador	Negociante e proprietário	
João António da Silva Areias	Vereador	Negociante	

Anos de 1861/64

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Alves Carneiro	Presidente	Advogado e proprietário	
Luís Augusto Vieira	Vereador/ Vice Presidente	Bacharel em Direito. Proprietário.	Deixa a vereação em 62 para assumir o cargo de Adm. do Concelho
Manuel I. da Costa Vaz Vieira	Vereador	Proprietário	
Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu	Vereador	Negociante	Cavaleiro da Ordem de Cristo
João Baptista Sampaio	Vereador	Negociante	
António Mendes Ribeiro	Vereador	Negociante	
José Custódio Vieira	Vereador	Negociante	Terá entrado para substituir Luís Augusto Vieira. Foi Presidente Interino

Anos de 1864/66

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Alves Carneiro	Presidente		
José Nepomuceno da Silva Ribeiro		Advogado e proprietário	
João Baptista Sampaio	Vereador	Negociante	
João António Coelho Guimarães	Vereador		
Dr. Manuel I. Costa Vaz Vieira	Vereador	Proprietário	
António Mendes Ribeiro	Vereador	Negociante	

Anos de 1866/68

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Barão de Pombeiro	Presidente	Proprietário. Bacharel em Filosofia	Paulo de Melo Pereira de Sampaio Freitas do Amaral. Título concedido em 1851
Antônio Leite de Castro	Vereador/ Vice Presidente	Proprietário e advogado	
João de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	
Antônio José Ferreira Caldas	Vereador	Negociante e proprietário	
João Pereira Leite de Magalhães Couto	Vereador	Proprietário	
Dr. Antônio Joaquim Ferreira de Eça e Leiva	Vereador	Advogado	
Francisco José da Silva Basto	Vereador	Escrivão	

Anos de 1868/70

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Visconde de Santa Luzia	Presidente da Câmara Municipal	Proprietário	José Joaquim Machado Ferraz. Genro do influente político (Deputado, Ministro, Par do Reino, etc) Felix Pereira de Magalhães. Título de Visconde concedido em 1861 e de Conde em 1888.
Avelino da Silva Guimarães	Vereador	Advogado	Foi Presidente da Câmara (1871/74) Foi um dos ideólogos da Exposição Industrial de 1884 e fundador da Sociedade Martins Sarmento.
Antônio Mendes Ribeiro	Vereador	Negociante	
Manuel Joaquim Marques	Vereador	Proprietário	
José Pinto de Sousa do Amaral e Freitas	Vereador	Proprietário	
Antônio José de Azevedo Varela	Vereador		
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante	

Anos de 1870/72

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Luís Cardoso de Macedo	Presidente	Proprietário. Bacharel	1º Visconde (1872) e Conde (1877) de Margaride. Governador Civil de Braga (1871 a 77) e do Porto. Par do Reino.
Dr. Avelino da Silva Guimarães	Presidente	Advogado	Assume o lugar de Luís Cardoso de Macedo, nomeado Governador Civil
António José da Silva Basto	Vice Presidente		
José Joaquim da Costa	Vereador	Proprietário	
António Mendes Ribeiro	Vereador	Negociante	
José Maria da Costa	Vereador	Negociante	
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante	

Anos de 1872/74

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. Avelino da Silva Guimarães	Presidente	Advogado	
Dr. Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto	Vereador	Proprietário	
José Joaquim da Costa	Vereador	Proprietário	Foi Presidente Interino
Manuel Joaquim Marques	Vereador	Proprietário e negociante	
José Maria da Costa	Vereador	Negociante	
José Ribeiro Martins da Costa	Vereador	Proprietário	
António José da Silva Basto	Vereador		

Anos de 1874/75

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Bacharel Rodrigo Teixeira de Menezes	Presidente	Proprietário	
José Leite Pereira da Costa Bernardes	Vereador	Proprietário	
José Joaquim da Costa	Vereador	Proprietário	
António José Ferreira Caldas	Vereador	Negociante e proprietário	
Manuel Joaquim Marques	Vereador	Proprietário	
José Ribeiro Martins da Costa	Vereador	Proprietário	

Anos de 1876/78

Nome	Cargo	Profissão	Observações
José Leite Pereira da Costa Bernardes	Presidente	Proprietário	
José Luís Ferreira	Vereador		
José Ribeiro Martins da Costa	Vereador	Proprietário	
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante	
António de Campos da Silva Pereira	Vereador	Negociante	
Francisco José da Costa e Silva	Vereador	Negociante	

Ano de 1878

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Conde de Margaride	Presidente	Proprietário	
Dr. Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto	Vereador	Proprietário	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	Presidente Interino
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante e proprietário	
José Joaquim da Costa	Vereador substituto	Proprietário	É-lhe feita referencia como tendo pertencido a este executivo na acta de 7.08.78

Anos de 1878 a 1880

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante	
José Ferreira de Abreu	Vereador		
António da Costa Guimarães	Vereador	Negociante e industrial	
Domingos de Sousa Ribeiro	Vereador		
José Ribeiro Martins da Costa	Vereador substituto	Proprietário	Entra em várias sessões
António Augusto da Costa Vaz Vieira	Vereador substituto	Proprietário	Entra em várias sessões

Anos de 1880/82

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
Francisco da Costa Sampaio e Castro	Vereador	Negociante	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890.
António Joaquim de Melo	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador		

Ano de 1883

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
José do Amaral Ferreira	Vereador	Negociante	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890.
António Joaquim de Melo	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador		
António de Barros de Faria e Castro	Vereador	Proprietário	

Anos de 1884/85

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
José do Amaral Ferreira	Vereador	Negociante	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890.
Domingos de Sousa Júnior	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador		
António de Barros de Faria e Castro	Vereador	Proprietário	
António Augusto da Costa Vaz Vieira	Vereador	Proprietário	

Ano de 1886

Nome	Cargo	Profissão	Observações
Dr. Luiz Martins Pereira de Menezes	Presidente	Proprietário. Bacharel em Direito	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890. Presidente Interino por diversas vezes
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
Domingos de Sousa Júnior	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
José do Amaral Ferreira	Vereador	Negociante e proprietário	
Antônio Augusto da Costa Vaz Vieira	Vereador	Proprietário	
Antônio Dias de Castro	Vereador	Negociante	

Anos de 1888/89

Conde de Margaride	Presidente	Proprietário.	
Antônio José da Costa Braga	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
Domingos de Sousa Júnior	Vereador	Negociante e proprietário	
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
José do Amaral Ferreira	Vereador	Negociante e proprietário	
Luiz Martins Pereira de Menezes	Vereador	Proprietário	
Dr. Joaquim José de Meira	Vereador	Médico e proprietário	
José de Castro Sampaio	Vereador	Negociante e proprietário	Foi-lhe concedido o título de Visconde de Sendelo em 1890
Visconde do Paço de Nespereira	Vereador (minoría/oposição)	Proprietário	
Domingos Ribeiro da Costa Sampaio	Vereador (minoría/oposição)	Proprietário	
Eduardo Manuel de Almeida	Vereador	Negociante e industrial	

Anos de 1890/92

Conde de Margaride	Presidente	Proprietário.	Regenerador
Carlos A. Araújo Azambuja	Vereador		Regenerador
Custódio José de Freitas	Vereador	Negociante	Regenerador
Domingos José Ribeiro Guimarães	Vereador	Negociante	Regenerador
Domingos José de Sousa Júnior	Vereador	Negociante e proprietário	Regenerador
Eduardo Manuel de Almeida	Vereador	Negociante e industrial	Regenerador
João António Dias da Costa	Vereador		Regenerador
Manuel Joaquim Marques	Vereador	Proprietário	Regenerador
Joaquim José de Meira	Vereador	Médico e proprietário	Regenerador
Manuel da Costa e Silva	Vereador	Negociante	Regenerador
António José de Faria	Vereador	Negociante	Progressista
Fortunato José da Silva Basto	Vereador	Negociante	Progressista
Manuel Vitorino da Silva Guimarães	Vereador		Progressista
Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Vereador	Negociante	Progressista
Visconde do Paço de Nespereira (João)	Vereador	Proprietário	Progressista
António Augusto da Silva Carneiro	Vereador substituto	Proprietário	Regenerador
António Dias de Castro	Vereador substituto		Regenerador
António Peixoto de Mattos Chaves	Vereador substituto	Industrial	Regenerador
António Pereira da Silva Guimarães	Vereador substituto		Regenerador
Domingos Martins Fernandes	Vereador substituto	Negociante e industrial	Regenerador
Francisco Ribeiro Martins da Costa (Agra)	Vereador substituto	Proprietário	Regenerador
João Lopes Cardoso	Vereador substituto		Regenerador
José Martins da Costa	Vereador substituto	Proprietário	Regenerador
José Miguel da Costa Guimarães	Vereador substituto	Negociante e industrial	Regenerador
António de Freitas Ribeiro	Vereador substituto	Proprietário	Progressista
José Joaquim Machado Guimarães	Vereador substituto	Industrial e proprietário	Progressista

João Lopes de Faria Monteiro	Vereador substituto		Progressista
Visconde do Paço de Nespereira (Gaspar)	Vereador substituto	Proprietário	Progressista
José Correia de Matos	Vereador substituto	Proprietário	Progressista

Ano de 1893

António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
António Augusto da Silva Carneiro	Vereador	Proprietário	
Fortunato José da Silva Basto	Vereador	Negociante	
António José de Faria	Vereador		
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
Dr. Geraldo José Coelho Guimarães	Vereador	Médico	
Manuel Victorino da Silva Guimarães	Vereador (minoría/oposição)		
José Miguel da Costa Guimarães	Vereador	Industrial	
José Joaquim da Costa	Vereador substituto	Proprietário	
Domingos Leite de Castro	Vereador (minoría/oposição)	Proprietário	

Ano de 1894/98

António Coelho da Mota Prego	Presidente	Proprietário. Advogado	
António Augusto da Silva Carneiro	Vereador	Proprietário	
António José de Faria	Vereador	Negociante	
Fortunato José da Silva Basto	Vereador	Negociante	
José Ferreira de Abreu	Vereador	Negociante	
José Miguel da Costa Guimarães	Vereador	Industrial	
Dr. Antero Campos da Silva	Vereador		Entra na vereação em 1896
Francisco José de Carvalho e Oliveira	Vereador	Negociante de curtumes.	
José Joaquim da Silva Guimarães	Vereador	Negociante	
António de Freitas Ribeiro	Vereador (minoría/oposição)	Proprietário	

Manuel Victorino da Silva Guimarães			
José Joaquim da Costa	Vereador substituto (maioria)	Proprietário	Morre em 1894.
Francisco Ribeiro Martins da Costa	Vereador substituto (maioria)	Proprietário	

Ano de 1899

Dr. António Vieira de Andrade	Presidente	Advogado	
Dr. Abílio da Costa Torres	Vereador	Médico	
Dr. António Baptista Leite de Faria	Vereador	Médico. Proprietário	
António de Freitas Ribeiro	Vereador		
Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Vereador	Negociante	
João Faria de Sousa e Abreu	Vereador		
José Pinheiro	Vereador		Entra na vereação em 1896
Padre José Luís Dias da Silva	Vereador		
Manuel Pinheiro Guimarães	Vereador	Negociante	

Ano de 1900/01

Dr. António Vieira de Andrade	Presidente	Advogado	
António Augusto de Almeida Ferreira	Vereador		
Dr. António Baptista Leite de Faria	Vereador	Proprietário	
António de Freitas Ribeiro	Vereador	Proprietário	
Francisco Joaquim da Costa Magalhães	Vereador	Negociante	
João Faria de Sousa e Abreu	Vereador		
José Pinheiro	Vereador		Entra na vereação em 1896

Administradores do Concelho de Guimarães (1853-1901)

Anos	Administrador	Observações
1853-1856	Manuel Bernardino de Araújo e Abreu	
1857-1859	Gaspar Joaquim da Cruz	
1862-1863	Luís Augusto Vieira	Foi Vereador
1864	José Nepomuceno da Silva Ribeiro	

1865	José Falcão de Magalhães	
1866	Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto	Foi Vereador
1868-1870	Luís Augusto Vieira	
1871-1872	Francisco Pedro Felgueiras	
1872-1873	Francisco Ribeiro Martins da Costa	Outras fontes dão-no como Adm. Substituto
1873-1879	Jerónimo Pereira Leite de Magalhães Couto	
1879 (Maio) a 1881	Rodrigo de Freitas de Araújo Portugal	
1881 a 1885	Manuel de Castro Sampaio	
1886	Francisco José Machado	
1886 a 1889	António Joaquim A. de Melo	
1889	Ventura de Castro Meireles	
1890 - 1897	Manuel de Castro Sampaio	
1898	A. Marques da Silva Lopes	
1899	António de Freitas Ribeiro	
1899-1900	Gaspar de Abreu e Lima	
1900-1901	António J. Silva Bastos Júnior	

ANEXO II
INSTITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES (RECREATIVAS, CULTURAIS, MUTUALISTAS E ASSISTENCIALISTAS)

Teatro Afonso Henriques (fundado em 1855) - Direcção de 1857

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Visconde de Pindella	Proprietário
Vice – Presidente	Dr. José Joaquim da Silva Areias	Médico
Secretário	Sr. Francisco Ribeiro Martins da Costa	Proprietário
Tesoureiro	Sr. José Joaquim da Costa	Proprietário e negociante
Guarda-Roupa	Sr. Rodrigo de Freitas de Melo e Castro	Proprietário
Vogal	Pedro de Barros de Faria e Castro	Proprietário
Vogal	José Furtado do Vale	Proprietário

Sociedade Recreativa Vimaranesa (1858)

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Illmo. Sr. Bento António de Oliveira Cardoso	Advogado
Vice-Presidente	Illmo. Sr. José Barbosa da Costa Lemos	Advogado e proprietário
1º Secretário	Illmo. Sr. Cónego José Luís de Gouveia	Cónego
2º Secretário	Illmo. Sr. Pe. José Leite de Faria Sampaio	Padre
Membros	Illmo. Sr. António Soares de Mascarenhas	-
Membros	Illmo. Sr. João de Freitas Costa Brandão	
Membros	Illmo. Sr. José Joaquim de Oliveira	Notário
Membros	Illmo. Sr. Dr. F. Augusto da Costa Freitas	Bacharel em Filosofia e proprietário
Membros	Illmo. Sr. Gonçalo Lopes Moreira	
Membros	Illmo. Sr. José Mendes Ribeiro	Negociante

Assembleia Vimaranesa (fundada em 1858) – Direcção de 1859

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Visconde de Pindella	Proprietário
Vice-Presidente	José Bento Ribeiro Agra	Proprietário
1º Secretário	João de Castro Sampaio	Negociante
2º Secretário	Pedro de Sousa Guedes de Aguiar	Negociante

Tesoureiro	José Custódio Vieira	Negociante
Directores	João Bernardino Coelho	
Directores	José J. da Silva Areias	Médico
Directores	António da Costa Guimarães	Negociante
Directores	Joaquim José G. Teixeira de Queirós	Médico
Directores	José Maria da Costa	Negociante e capitalista
Directores	António Augusto da Costa Vaz Vieira	Proprietário
Directores	Jerónimo Vaz Vieira de Melo e Nápoles	Proprietário
Directores	José Maria Gomes de Azevedo	
Directores	José Furtado do Vale	Pofessor de Latim e proprietário
Directores	Domingos de Sousa Guedes de Aguiar	Negociante
Directores	José Pinto do Amaral e Freitas	Proprietário
Directores	José Joaquim de Oliveira	Notário
Comissão Fiscal	Barão de Pombeiro	Proprietário
Comissão Fiscal	António Alves Carneiro	Advogado e Proprietário
Comissão Fiscal	António Soares Mascarenhas	Notário

Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense (instituída em 1866)
Relação dos instituidores

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Miguel Mascarenhas	Escritor e jornalista
Secretário	João Pinto de Queiroz	Proprietário do jornal Religião & Pátria. Jornalista
Secretário	João António da Silva Areias	Negociante
Tesoureiro	António José Ferreira Caldas	Negociante
Direcção:	Manuel Joaquim da Cruz	Negociante (ourives?)
	António da Costa Guimarães	Negociante
	José Ferreira de Abreu	Negociante
	José Luís Dias Guimarães	
	José Rodrigues Pitta	Negociante. Mestre Alfaiate/industrial de alfaiataria
	José António Soares	
	Domingos José Ribeiro Guimarães	Negociante
	Custódio José Duarte	Negociante

	António Fernandes de Macedo	
	Bernardo José da Silva	-
	António José Baptista	-

Asilo de Santa Estefânia (instituído em 1858 inaugurado em 1863)
Relação dos instituidores reunidos na Casa dos Pombais (de Francisco de Sousa da Silveira)

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado	Proprietário. 2º Conde de Vila Pouca
Vice-Presidente	Luís Martins da Costa	Proprietário
Secretário	Francisco Martins Sarmento	Proprietário
Secretário	Francisco António de Almeida	Professor. Antigo Sargento e promotor da iniciativa
Tesoureiro	José Custódio Vieira	
Vogal	Padre Joaquim de Sousa Marinho	
Vogal	Dr. António Alves Carneiro	Advogado e proprietário
Vogal	Francisco José Pereira Basto	Boticário
Vogal	João de Castro Sampaio	Negociante e proprietário

Bombeiros Voluntários de Guimarães (1877)

Nota: inserem-se os nomes daqueles que em carta à Câmara (1876) afirmam pretender fundar associação. Os primeiros estatutos (alterados no mesmo ano da sua subscrição contam com mais de uma centena de assinaturas.

Nome	Profissão	Observações
António Cândido Augusto Martins	Proprietário	
António Crisóstomo da Silva Bastos	Negociante	
Manuel de Castro Sampaio	Negociante e proprietário	
António de Freitas Carneiro e Oliveira		
Domingos de Sousa Ribeiro	Negociante	
José Joaquim Ribeiro		
Cândido José de Carvalho		
António Fernandes Martins		
António Peixoto de Matos Chaves	Negociante. Industrial Curtumes	

Joaquim António de Sousa Brandão	Negociante. Capitalista	
António Ribeiro da Costa Salgado	Negociante. Capitalista	“brasileiro de torna viagem”
Rodrigo José Pacheco Barbosa		
José Maria de Freitas Carneiro	Negociante	
Manuel Ribeiro Gomes de Abreu	Negociante. Capitalista	
João Arlindo da Silva Guimarães		
Virgílio Martins da Costa		
José de Castro Sampaio	Proprietário	1º Visconde de Sendelo
António Augusto da Silva Carneiro	Proprietário	
José Eduardo da Costa Mota	Amanuense na Câmara Municipal de Guimarães	O avô de sua mulher, Domingos António de Lemos foi durante várias décadas Capitão da Bomba.
José Minotes	Proprietário	Primeiro Comandante deste corpo de Bombeiros.
Domingos Ribeiro Guimarães	Negociante	
José Joaquim de Oliveira Bastos Júnior	Notário	

Sociedade Martins Sarmento (1881)
(instituidores e patrono/homenageado)

Nome do homenageado/patrono	Profissão	Observações
Francisco Martins Sarmento	Proprietário. Arqueólogo e Historiador	É em sua homenagem que a Sociedade Martins Sarmento é criada. Pelos seus trabalhos arqueológicos foi agraciado pelo governo francês com a Legião de Honra. Legou grande parte do seu património à Sociedade.

Nome	Profissão	Observações
Domingos José Ferreira Júnior	Capitalista	
Domingos Leite de Castro	Proprietário	
Avelino Germano da Costa Freitas	Médico	
José da Cunha Sampaio	Advogado	Primeiro Presidente da Sociedade Martins Sarmento
Avelino da Silva Guimarães	Advogado	

ANEXO III VIDA EMPRESARIAL

Associação Comercial de Guimarães (1865) ² Instituidores

Nome	Cargo	Observações
António do Espírito Santo	Presidente instituidor.	Rico comerciante. Na altura da fundação da associação, que teve lugar em sua casa, seria provavelmente o "decano" dos comerciantes vimearanenses. Antigo membro da Sociedade Patriótica Vimearanense.
António José Ferreira Caldas	Presidente	Negociante
João de Castro Sampaio	Secretário	Negociante de têxteis, proprietário
Francisco José da Costa Guimarães	Secretário	Negociante, industrial.
José Joaquim de Lemos	Secretário	Negociante, livreiro.
José Custódio Vieira	Secretário	Negociante.

Banco de Guimarães (1872-1896) ³ Instituidores Capital: 500 contos de reis

Nome	Cargo	Observações
Barão de Pombeiro	Presidente	Proprietário
Fortunato Jorge Guimarães Barateiro	Vice-Presidente	"Brasileiro". Terá sido o principal impulsionador do Banco
Padre António José Ribeiro Guimarães	Secretário	
António José da Silva Basto	Secretário	Notário

² Sociedade Martins Sarmento, Ephemérides Vimearanenses, João Lopes de Faria, BS 1-5-48, 4 trimestres.

³ Membros da direcção recolhidos através de dados retirados do "Dicionário de História Empresarial Portuguesa – Séculos XIX e XX" Vol. 1. e dos jornais "Religião & Pátria" de 25.01.1890 e de 29.01.1890

Direcção em 1890

Nome	Cargo	Observações
Barão de Pomberio	Presidente da Assembleia Geral	Proprietário
António Augusto da Silva Carneiro	Secretário da Assembleia Geral	Proprietário
Fortunato José da Silva Basto	Secretário da Assembleia Geral	Negociante
Conde de Margaride	Presidente do Conselho Fiscal	Proprietário
Domingos José de Sousa Júnior	Secretário efectivo do Conselho Fiscal	Negociante e capitalista
António da Costa Guimarães	Secretário efectivo do Conselho Fiscal	Negociante e industrial
António Augusto da Silva Carneiro	Secretário efectivo do Conselho Fiscal	Proprietário
António Joaquim de Abreu Melgaço	Secretário substituto do Conselho Fiscal	Negociante e capitalista
Augusto da Costa Vaz Vieira	Secretário substituto do Conselho Fiscal	Proprietário
Pedro Lopes Guimarães	Secretário substituto do Conselho Fiscal	Negociante
José de Castro Sampaio	Gerente	Negociante, capitalista e proprietário (1º Visconde de Sendelo).
Joaquim José de Meira	Gerente	Médico e proprietário

Companhia dos Banhos de Vizela (1873) – Direcção em 1874⁴

Nome	Cargo	Observações
Visconde de Margaride	Presidente da Assembleia Geral	Proprietário. Principal accionista da Companhia. Governador Civil de Braga
Barão de Pombeiro	Presidente do Conselho Fiscal	Proprietário.
António José Ferreira Caldas	Director	Negociante e proprietário. Vereador da Câmara Municipal de Guimarães em 1874.
Dr. Alberto da Cunha Sampaio	Director	Advogado e proprietário
Joaquim Ribeiro da Costa	Director	Negociante
António Peixoto de Matos Chaves	Director substituto	Negociante e industrial
António Cândido de Araújo Martins	Director substituto	Proprietário
Domingos José de Sousa Júnior	Director substituto	Negociante e proprietário

⁴ Informações retiradas dos jornais "Religião & Pátria" (5.02.1874) e do "Imparcial" (23.10.1874)

Banco Comercial de Guimarães (1875 – 1911)⁵**Capital: 600 contos de reis.****Fundadores**

Nome	Cargo	Observações
Fortunato Jorge Guimarães Barateiro	-	“Brasileiro”. Terá sido o principal impulsionador do Banco
José Maria da Costa	-	Capitalista. Negociante de ourivesaria
José Crisóstomo da Silva Basto	-	Capitalista. Negociante de curtumes.
Domingos Fernandes Guimarães	-	Negociante.

Direcção em 1889

Nome	Cargo	Observações
Dr. Luís Augusto Vieira	Presidente da Assembleia Geral	Proprietário. Conservador do registo predial da Comarca.
João Joaquim de Oliveira Bastos	Vice-Presidente da Assembleia Geral	Proprietário. Notário. Após a morte do Dr. Luís Augusto Vieira (no início do século XX) foi Presidente da AG do Banco até à sua liquidação em 1911.
Conde de Santa Luzia	Presidente do Conselho Fiscal	Proprietário
Manuel José Lopes Pimenta	Secretário Conselho Fiscal	Proprietário
Gaspar Loureiro de Almeida Paúl	Secretário Conselho Fiscal	Solicitador.
António Mendes Guimarães	Substituto Conselho Fiscal	Negociante
Ernesto Francisco de Abreu	Substituto Conselho Fiscal	Negociante
Joaquim Ferreira dos Santos	Substituto Conselho Fiscal	Negociante
Joaquim José de Azevedo Machado	Director	Proprietário. Negociante. Proprietário do jornal “Comércio de Guimarães”
António Augusto da Silva Caldas	Director	Negociante. Capitalista.
Joaquim Ferreira dos Santos	Director	Negociante
João Dias de Castro	Director substituto	Comendador. Capitalista
António Joaquim Peixoto da Costa	Director substituto	
João Ribeiro Jorge	Director substituto	Capitalista (irmão do instituidor Fortunato Jorge Barateiro)

⁵ Membros da direcção recolhidos através de dados retirados do “*Dicionário de História Empresarial Portuguesa – Séculos XIX e XX*” Vol. 1. e do jornal “Comércio de Guimarães” de 6.02.1888.

Minho District Railway Company (1874/75 - ?)
Director: Mr. Dixon.

Listagem de Accionistas residentes em Guimarães⁶

Nome	Observações
Visconde de Lindoso	Proprietário. Deverá ter sido um dos maiores investidores nesta companhia.
António de Castro Meireles	Proprietário.
Manuel Mendes Ribeiro Guimarães	Negociante
José de Sousa Guimarães	-
Pe. Custódio José Pinto Veiga	Padre.
Manuel Fernandes Guimarães	-
José Crisóstomo da Silva Basto	Negociante, industrial de curtumes e capitalista-
Jerónimo de São Carlos da Silva Aibeiro	Negociante.
Domingos Martins Fernandes	Negociante e capitalista.
Manuel Pinto Mouriz	-
João António Vaz da Costa Alves	Padre.
José do Amaral Ferreira	Negociante e capitalista. Filho do já referido António do Espírito Santo (fundador da Associação Comercial)
Maria Carolina do Amaral Ferreira	Filha de António do Espírito Santo (fundador da Associação Comercial)
Maria Rosa do Amaral Ferreira	Filha de António do Espírito Santo (fundador da Associação Comercial)
Delfina do Amaral Ferreira	Filha de António do Espírito Santo (fundador da Associação Comercial)
António Joaquim de Abreu Melgaço	Negociante e capitalista

⁶Jornal de Guimarães de 17.07.1876

Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (1890)⁷
Capital Social: 350 contos de reis.
Fundadores e corpos dirigentes.

Fundadores

Nome	Observações
Conde de Margaride	Proprietário
Visconde de Alvellos	Capitalista (nasceu no Brasil).
Visconde de Sendelo	Negociante, capitalista e proprietário.
José Alves de Oliveira Bastos	Capitalista. "Brasileiro" natural de Fafe.
Francisco Ribeiro Martins da Costa	Proprietário. Irmão de José R. M. Costa e primo direito do Conde de Margaride.
José Ribeiro Martins da Costa	Proprietário. Idem.
Avelino da Silva Guimarães	Advogado.
António Coelho da Mota Prego	Advogado e proprietário.
Joaquim José de Meira	Médico e proprietário.
António José Ferreira Caldas	Negociante e capitalista
António Augusto da Silva Caldas	Capitalista. Filho de António F. Caldas
Pedro Pereira da Silva Guimarães	Industrial e capitalista. Genro de António F. Caldas. Sócio da Real Fábrica de Caneiros.
António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Capitalista.
Domingos Leite de Castro	Proprietário
Domingos José de Sousa Júnior	Negociante, capitalista.
Domingos Martins Fernandes	Negociante, capitalista.
Manuel de Castro Sampaio	Proprietário. Irmão do Visconde de Sendelo

⁷ Informações recolhidas nos jornais "Religião & Pátria" de 21.05.1890 e de 4.06.1890

Corpos dirigentes

Nome	Cargo	Observações
José Alves de Oliveira Bastos	1º Pres. da Assembleia Geral instaladora.	Capitalista. "Brasileiro" natural de Fafe
Conde de Margaride	Presidente da Assembleia Geral	Proprietário
Manuel de Castro Sampaio	Secretário da Assembleia Geral	Proprietário. Irmão do Visconde de Sendello
João Joaquim de Oliveira Bastos	Secretário da Assembleia Geral	Notário. Proprietário. Sem parentesco com Alves Oliveira Basto. Com parentesco por afinidade com famílias Ferreira Caldas e Silva Guimarães.
Visconde de Alvellos	Secretário da Assembleia Geral (substituto)	Capitalista
Francisco Ribeiro Martins da Costa	Secretário da Assembleia Geral (substituto)	Proprietário. Irmão do Dr. João R. Martins da Costa
António José Fernandes	Secretário da Assembleia Geral (substituto)	Negociante
José Alves de Oliveira Bastos	Presidente do Conselho Fiscal	Capitalista. "Brasileiro" natural de Fafe
Dr. Avelino da Silva Guimarães	Secretário do Conselho Fiscal	Advogado.
Dr. António Mota Prego	Secretário do Conselho Fiscal	Advogado. Proprietário.
Dr. João Ribeiro Martins da Costa	Secretário do Conselho Fiscal (substituto)	Advogado e proprietário.
José do Amaral Ferreira	Secretário do Conselho Fiscal (substituto)	Negociante e capitalista
João Ribeiro Jorge	Secretário do Conselho Fiscal (substituto)	Capitalista.
Visconde de Sendelo	Director	Negociante, capitalista e proprietário.
Pedro Pereira da Silva Guimarães	Director	Negociante, capitalista e industrial.
Domingos Martins Fernandes	Director	Negociante e capitalista
Domingos Leite de Castro	Director (substituto)	Proprietário
António Maria Duarte Ribeiro de Carvalho	Director (substituto)	Capitalista
Domingos de Sousa Júnior	Director (substituto)	Negociante, capitalista